



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA - DAN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL - PPGAS

JULIANA DOS SANTOS SANTANA (AMANAYARA TUPINAMBÁ)

DA BORDUNA À CANETA: O LEVANTE DO POVO TUPINAMBÁ E A LUTA
PELA DEMARCAÇÃO DO SEU TERRITÓRIO.

BRASÍLIA, 2022

JULIANA DOS SANTOS SANTANA (AMANAYARA TUPINAMBÁ)

DA BORDUNA À CANETA: O LEVANTE DO POVO TUPINAMBÁ PELA
IDENTIDADE ÉTNICA E A DEMARCAÇÃO DO SEU TERRITÓRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Stephen Grant Baines

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Stephen Grant Baines
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Tônico Benites
Universidade Federal de Roraima -UFRR

Prof. Dr. Gersem José dos Santos Luciano
Universidade de Brasília- UnB

Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho (Suplente)
Universidade de Brasília-UnB

Aos meus familiares e a minha nação Tupinambá.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu pai Tupã e aos encantados que sempre me deram forças e iluminaram os meus caminhos para que eu pudesse ter mais uma conquista.

Aos meus pais, Sandra Regina dos Santos e Claudenilson Santana que sempre me incentivaram nos meus estudos e me apoiaram nas minhas escolhas, abdicando de muitas coisas para me proporcionar um bom estudo e formação.

Aos meus avós que são uma referência de resistência e sabedoria para a minha vida, em especial agradeço as orientações da minha avó que sempre me incentivou a me apropriar da caneta e do papel. A eles muitíssimo obrigado por me passar todo legado de luta, saberes e vivências do meu povo e a construção do que sou hoje.

A professora Maria do Rosário e minha amiga Nathalie Pavelic que me ajudaram na revisão do meu projeto e memorial, o qual encaminhei para a seleção do mestrado em antropologia social.

A minha amiga Sofia Cevallos que me acompanhou para que eu pudesse fazer a etapa da prova oral e pela contribuição nesse meu processo.

Ao meu orientador Stephen Baines que se prontificou de imediato a estar comigo nessa jornada da escrita e por toda a sua contribuição.

A família Oka katuana que me deu todo o apoio e incentivo, aos funcionários e as professoras, Maria Cristiane dos Santos, Nataly Regina dos Santos, Gilmária Almeida, Eliandra Cardoso, Ayla Gabrielle Nascimento dos Santos, Genilda dos Santos, Tailane Matos, Ronaldo José dos Santos, Sandra Regina dos Santos, Lusineide dos Santos, Carolina Magalhães, em especial, a professora Mayana Sousa que me ajudou na regência de classe.

A comissão do Colégio Estadual Indígena Amotara em especial na pessoa da cacica Valdelice Amaral, a qual sempre me apoiou e incentivou na minha trajetória de movimento e estudo, e a qual tenho como referência.

Aos meus parentes de residência que tornaram o início dessa mudança sofrida menos doloroso e me deram todo o apoio, Samara Pataxó, Arthur Baniwa, Joanderson Pankararu, Keyla Pataxó, Mairu Karajá, em especial, a Dinaman Tuxá que nos meus momentos de crises de ansiedade estava ali para me dar forças e não deixar eu desistir, que, no momento mais desesperador longe dos meus, ele, vendo minha tristeza, se aventurou em pleno pico de transmissão do Covid 19, a alugar um carro e pegar a estrada

comigo de Brasília a Salvador. Meu muito obrigado por cada palavra de incentivo durante toda a minha trajetória no curso.

Aos meus colegas do curso de práticas de vida que, em meio a solidude, me incentivaram a desenvolver trabalhos artísticos e fizeram minhas segundas-feiras, bem mais coloridas. Em especial, a professora Anna e o meu colega Marc.

Aos meus amigos Erlon Fábio Costa e Flávio Neves Araújo por todo o carinho e atenção, pelos mimos, pelos risos, pela amizade.

Aos meus amigos e colegas de comunicação da Apoinme, Alexandre Pankararu, Luiza Tuxá, Carol Truká, Karine, Marcelo Tingui pelas trocas de experiências, pelas partilhas, pela realização do nosso trabalho, pela amizade que construímos.

A professora Ana Catarina que me auxiliou durante toda essa jornada, pelas palavras de incentivo, pelo carinho, por sempre me transmitir o sentimento de capacidade, meu enorme carinho, você foi muito importante para que eu chegasse até aqui.

Aos meus colegas do Armazém Memória, Marcelo Zelic, Ana Catarina, Silvana, Ruth, Vanessa, Debora Tupinikim, Mairu karajá, Iury ticuna, Suliete Baré, Braulina Baniwa, pelas pesquisas que realizamos, pelas nossas produções, pelas trocas de afeto, pelo compartilhamento das alegrias e tristeza. Em especial, agradeço a Marcelo Zelic por todo aprendizado e ser tão sensível nesse momento pandêmico, pelos abraços, por enxugar as minhas lágrimas, pelo mundo virtual, por acreditar na minha capacidade.

Ao professor Felipe Fernandes pelo apoio e conselhos, todas as palavras de incentivos, meu muito obrigado.

A minha comadre Taís Magalhães pela preocupação e cuidado, pelas mensagens de carinho e incentivo.

Aos meus colegas de curso Israel Araújo e Marília Caetano pelas nossas conversas, risos, pelo carinho, troca de afeto, por estarem comigo nessa jornada, pelas tardes de chá virtual, pelo apoio de sempre.

Enfim a todos que direto ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse a alcançar essa conquista que não é só minha, e sim do meu povo Tupinambá de Olivença.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo entender o papel da educação no processo de construção e fortalecimento da identidade étnica do povo Tupinambá. Através da etnografia das práticas e vivências dos Tupinambá de Olivença abordamos a forma como estas têm no seu viés a finalidade de reproduzir o aprendizado, assim como o lugar fundamental dos anciãos nesse processo de compartilhamento de saberes e transmissão da memória histórica deste povo. Trata-se de práticas e vivências que, apesar de diferentes tentativas de exclusão e apagamento, têm sido ressignificadas para contribuir no processo de luta deste povo pelo seu reconhecimento étnico e pela demarcação das suas terras. A luta por uma educação foi o que resultou na organização do movimento Tupinambá pelos seus direitos, entendendo a educação escolar indígena como um espaço de valorização da educação indígena, cultura, tradição, costumes do povo e enquanto uma estratégia de luta pela garantia dos seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Étnica, Educação Indígena, Educação Escolar Indígena, Resistência Tupinambá.

ABSTRACT

The main objective of this study is to understand the role of education in the building and strengthening of the ethnic identity of the Tupinambá people. Through the ethnography of the practices and experiences of the Tupinambá of Olivença, we approach the way in which they act on reproducing learning, as well as the fundamental place of the elders in this process of sharing knowledge and transmitting the historical memory of this people. These are practices and experiences that, despite numerous attempts at exclusion and elimination, have been redefined to contribute to this people's struggle for their ethnic recognition and for the demarcation of their lands. The struggle for education resulted in the organization of the Tupinambá's movement for their rights, understanding indigenous scholar education as a space that values indigenous education, culture, traditions, customs of the people and as a strategy to fight to guarantee their rights.

KEYWORDS: Ethnic Identity, Indigenous Education, Indigenous School Education, Tupinambá Resistance.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
CAPOREC - Coletivo de alfabetizadores populares da região cacauera
CEITAB - Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Acuípe de Baixo
CEITO - Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença
CEITSP - Colégio Estadual Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira
CRAS - Centro de referência e assistência Social
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CRAS- Centro de Referência e Assistência Social
EEITA- Escola Estadual Indígena Tupinambá Amotara
EEITAB - Escola Estadual Indígena Tupinambá Abaeté
EEITO - Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença
FAADEMA - Faculdade Adelina Moura
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação Nacional da Saúde
JIET - Jogos Indígenas Estudantis Tupinambá
MEC - Ministério de Educação
MUPOIBA - Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia
OMS - Organização Mundial da Saúde
RCNEI - Referencial Curricular Nacional de Educação Indígena
TCC - Trabalho de conclusão do curso
TI - Terra Indígena
UESC - Universidade de Santa Cruz
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Colação de grau em geografia bacharelado (Arquivo pessoal, 2016).	29
Imagem 2 - Juliana Tupinambá, 2020, Oka Katuana. (acervo pessoal)	32
Imagem 3 - O mapa do meu território está em mim. (Acervo pessoal, 2020).	33
Imagem 4 - Dança-ritual poransi. (Arquivo pessoal, 2019)	53
Imagem 5 - Explorando as narrativas do Livro “Anciãos Tupinambá de Olivença: Em contos e Encontros”. (Arquivo pessoal, 2019)	54
Imagem 6 - Contação e ilustração coletiva do conto Tupinambá “Bola de Fogo”. (Arquivo pessoal, 2019)	55
Imagem 7 - Visita na casa do ancião Tupinambá, Seu Israel. (Arquivo pessoal, 2019)	55
Imagem 8 - Socialização dos educadores sobre a caipora. (Arquivo pessoal, 2019)	56
Imagem 9 - Extração da tinta do jenipapo pelos alunos. (Arquivo pessoal, 2017)	58
Imagem 10 - Pintura corporal com a argila. (Arquivo pessoal, 2018)	58
Imagem 11 - Jogos e brincadeiras Tupinambá. (Arquivo pessoal, 2019)	60
Imagem 12 - Brincadeira da peteca. (Arquivo pessoal, 2019)	60
Imagem 13 - Farmácia viva na escola. (Arquivo pessoal, 2017)	61
Imagem 14 - Registro de Dona Nivalda e Seu Aloíso na visita ao manto Tupinambá (Flávio Florido-21.mai.2000/Folhapress).	65
Imagem 15 - Testagem de Covid 19. (Arquivo pessoal, 2021)	69
Imagem 16 - Resultado de testagem da liderança Aruanã Tupinambá. (Arquivo pessoal, 08 de janeiro de 2021).	69
Imagem 17 - Liderança indígena Rosivaldo Pereira cortando o mastro (Arquivo pessoal, 2021)	72
Imagem 18 - A retirada do mastro da mata. (Arquivo pessoal, 2021)	73
Imagem 19 - Presença das mulheres na puxada do mastro (Arquivo pessoal, 2021)	73
Imagem 20 - Chegada do mastro na praia. (Arquivo Pessoal, 2021)	74
Imagem 21, 22, 23: O mastro puxado na praia de Sirihyba à praia cai n’água (Arquivo pessoal, 2021)	75
Imagem 22	75
Imagem 23	76
Imagem 24 - Demonstração de fé e devoção (Arquivo Pessoal, 2021)	76
Imagem 25 - O mastro puxado dentro do mar (Arquivo pessoal, 2021)	77

Imagem 26, 27 - Trajeto do mastro dentro da comunidade de Olivença (Arquivo pessoal, 2021)	78
Imagem 27	78
Imagem 28 - Chegada do mastro na praça de Olivença (Arquivo pessoal, 2021)	79
Imagem 29 - Cacica Valdelice Amaral e cacique José Sival sendo vacinados	80
Imagem 30 - Luta corporal. Fonte: Carlos Coutinho, 2016	87
Imagem 31 - Cabo de Guerra. Fonte: Carlos Coutinho, 2016	87
Imagem 32 - Corrida rústica. fonte: Carlos Coutinho, 2016	88
Imagem 33 - Ritual Poranci da equipe Atã sui Tupã. Fonte: Carlos Coutinho, 2016	88
Imagem 34 Imagem 35	89
Imagem 36 Imagem 37 Registros das vivências no mangue. (Arquivo pessoal, 2020)	89

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localidades identificadas nos Registros de Óbito do cartório da Vila de Olivença. Trata-se de locais ocupados pelos índios entre o fim do século XIX e o início do século XX. (Fonte: Viegas, 2007)	41
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – APRENDENDO SOBRE O TEMPO DA BORDUNA E DA CANETA	19
1.1 É com os meus que aprendo a ciência do meu povo	19
1.2 Se apropriando da caneta: Tupinambá vive em mim	23
1.3 Despedida temporária: da aldeia Tupinambá para Brasília.....	31
CAPÍTULO 2 – O LEVANTE TUPINAMBÁ: AUTOAFIRMAÇÃO ÉTNICA E LUTA PELA DEMARCAÇÃO.....	37
2.1 Breve histórico	37
2.2 O povo Tupinambá em busca da caneta da alma e as letras da demarcação	43
CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO ENQUANTO VETOR PRINCIPAL NA AFIRMAÇÃO ÉTNICA E DEMARCAÇÃO DO POVO TUPINAMBÁ.....	49
3.1 A educação escolar indígena tupinambá enquanto fortalecimento da identidade tupinambá	51
CAPÍTULO 4 – FESTEJOS, VIVÊNCIAS E EVENTOS TUPINAMBÁ: RESSIGNIFICAÇÃO E RESISTÊNCIA DO SER TUPINAMBÁ	65
4.1 Festas e tradição: sustentabilidade identitária	65
4.1.1 Festa da Bandeira do Divino Espírito Santo.....	65
4.1.2 A Puxada do Mastro enquanto ritual de cura e tradição do povo Tupinambá de Olivença.....	67
4.2 Ações políticas e culturais do povo Tupinambá.....	82
4.2.1 Caminhada do povo Tupinambá.....	82
4.2.2 Jogos Indígenas do povo Tupinambá	86
4.3 Vivência no mangue: andada do caranguejo	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Durante todo esse trabalho, a frase motivadora para elucidar os argumentos, comum dentre os povos indígenas, mas entoada pela minha avó – D. Luzinete Vieira da Silva – aos mais jovens da nossa comunidade, foi: “Hoje é o tempo da borduna, vai chegar o tempo do papel e da caneta”. Esse tempo chegou! Como minha avó, os mais velhos vinham alertando as crianças e jovens Tupinambá da importância da apropriação da escrita e de melhorarmos nossa escolarização para traçarmos, a partir de outro lugar, o caminho de nossas lutas e a reescrita de nossa história. Ao longo da minha trajetória de vida, essa frase dos mais velhos, repetida constantemente pela minha avó para mim, minha irmã, meus primos e todas as crianças e jovens que ela cuidava e conviviam com a gente, se tornou um “toante” que passou a guiar a nossa prática.

A borduna é uma arma indígena utilizada na caça e na luta, e se tornou, para a geração dos mais velhos, um símbolo da memória, saberes, tradição e resistência do povo Tupinambá, ao passo que a caneta, para a minha geração, é a estratégia do movimento Tupinambá para o seu reconhecimento e afirmação étnicos e luta pela demarcação do seu território. Desta forma, a ideia central que defendo nesta dissertação é que houve um deslocamento, motivado pelos ensinamentos dos mais velhos, na ciência tradicional e nas formas de resistência do povo Tupinambá através das gerações, que de uma luta de um povo silenciado pelo preconceito e pela falta de reconhecimento fundamentado pelo interesse do branco pela terra Tupinambá, se tornou, em uma conjuntura na qual o povo tem o seu reconhecimento, afirma-se e se posiciona socialmente em defesa da garantia da demarcação do seu território, uma disputa cujo valor da escrita e do conhecimento acadêmico tem mobilizado um sentimento de pertencimento e afirmação étnica positiva. Sou Tupinambá, tenho orgulho de dizer, como diz nosso entoante.

A motivação principal para a construção dessa pesquisa é trazer a memória e história do povo Tupinambá, e o quão esse povo em suas vivências reproduzem a sua identidade de ser Tupinambá, de forma que é repassada de geração em geração, numa estratégia de luta do ressignificar para permanecer em seu território.

Por ser educadora indígena, o que me levou a construção dessa pesquisa é entender que a educação indígena aquela aprendida nas vivências e com o povo, foi o que permitiu a permanência de um povo dentro do seu território e do ser étnico. As práticas apresentadas nesse trabalho levam a perceber o quão a figura do ancião é importante nesse processo de disseminar a cultura e tradição de um povo.

Ao longo do trabalho o que é demonstrado é que a educação indígena sempre foi uma estratégia de luta do povo Tupinambá, e que a luta por uma educação escolar indígena Tupinambá vem como uma estratégia para o reconhecimento e o direito pelo TI Tupinambá. Dessa forma, compreender a borduna como a educação indígena e a caneta quanto a educação escolar indígena, permite perceber como o povo Tupinambá tem dado continuidade ao projeto de construção e afirmação da sua identidade étnica.

A educação é compreendida neste trabalho como um espaço de vivências que vai além da lógica da educação convencional ofertada pelo estado. A ideia de construir essa pesquisa parte do entendimento da necessidade de uma educação diferenciada, específica, que garanta no espaço escolar a valorização e fortalecimento da identidade do ser indígena.

É percebido que novamente o papel do ancião foi fundamental para a luta por uma educação diferenciada pelo fato do levante do povo Tupinambá ter sido iniciado por eles. Foram os anciões que motivaram o debate sobre uma educação escolar diferenciada dentro das aldeias do TI Tupinambá, e que substituiu o modelo de escolarização imposta pelo governo, rompendo assim com o processo de colonização através da educação dentro das aldeias.

O objetivo deste trabalho é entender como é construída a memória coletiva do povo Tupinambá de Olivença através da vivência e do compartilhamento de saberes intra e extra-comunidade, principalmente em situações em que emerge a articulação das memórias, lutas por direitos e resistências. A pesquisa se dedicará, portanto, ao estudo dos eventos e das práticas através das quais essa memória é produzida e transmitida. Por isso que o conceito de memória coletiva, construído no processo da luta do povo Tupinambá, é uma chave de entendimento que nos permitirá explorar as articulações entre memória, história e luta pelo reconhecimento.

Partindo das contribuições de Halbwachs (2013), de Vasquez (2001) e de Shafir (2013), proponho pensar a memória como “prática social” e “ação política”. No senso comum, a memória é entendida como uma faculdade individual de armazenar e recuperar informações. De acordo com essa visão, a função da memória é de um receptáculo em que se encontram as informações sobre as experiências passadas. Desde Halbwachs (2013), essa visão começa a ser problematizada. Halbwachs mostra que as experiências do passado e do presente são construídas socialmente por meio de práticas linguísticas. Ele considera que a compreensão da memória está relacionada ao modo como o contexto social e o grupo ao qual se pertence estruturam a memória. Para ele, a memória não

funciona fora de um grupo. A memória coletiva é a memória de indivíduos que pertencem a uma mesma comunidade, povo ou nação e que, mesmo não tendo necessariamente vivido os mesmos acontecimentos ou acontecimentos comuns, esses indivíduos desenvolvem uma memória coletiva pelo simples fato de pertencerem ao mesmo grupo. Para Halbwachs, a lembrança necessita apoiar-se em uma “comunidade afetiva”, que é constituída a partir do convívio social e das trocas entre indivíduos e o grupo em que está inserido, sendo, portanto, um processo coletivo. No escopo desta pesquisa, deve se considerar também os contextos sociais que atuam como base para a reconstrução da memória coletiva dos Tupinambá, nos usos de espaços políticos, sociais e culturais.

Em nossa abordagem, nos interessamos pelos processos e atores que intervêm no momento de construção e de formalização dessas memórias, privilegiando “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores” (Halbwachs, 2013). De Halbwachs, retomamos a compreensão de que as experiências do passado e do presente são construídas socialmente através de práticas linguísticas. De Vásquez (2001) e Piper-Shafir (2013) retomamos a ideia de que a memória é o resultado de um processo coletivo em que são construídos significados e símbolos compatíveis. Pensar a memória como “prática” e “construção” social implica considerar que as lembranças acontecem no presente e que a memória tem o poder de construir realidades sociais.

A memória é construída no presente por meio de “práticas linguísticas” (Vásquez, 2001:77) e “outros símbolos” (Piper-Shafir, 2013:2). A memória como prática social deve ser pensada na sua relação com a linguagem porque recordar é construir narrativas e as palavras refletem e expressam relações de poder, assim como os silêncios. A memória deve ser compreendida não apenas através das palavras, mas também dos silêncios, dos ritmos, dos movimentos, dos gestos, das imagens, dos lugares, etc. (Piper-Shafir, 2013).

Os lugares da memória também não devem ser compreendidos apenas como espaços físicos na sua materialidade, mas como cenários de significado, experiência e afetividade (Piper-Shafir, 2013). O potencial de ação política da memória e seu caráter subversivo se manifesta quando, por exemplo, nossas lembranças reproduzem os significados do passado e ao mesmo tempo têm o poder de transformar as condições que tornam possíveis novos processos de significação no presente. Por fim, não podemos deixar de lembrar que existe uma relação entre memória coletiva e construção da identidade (Pollak, 1992).

A valorização de nossa ancestralidade, da nossa história e da nossa memória, a partir de nossas próprias perspectivas e para os nossos próprios propósitos, coloca alguns desafios de ordem metodológica. Primeiro, é preciso considerar a longa história de negação e de não reconhecimento das versões indígenas da história. Em seguida, é preciso compreender que a recuperação de nossa história e de nossa memória “é fundamental no processo de descolonização” (Smith, 2016: 57). Finalmente, a valorização de nossa história e memória faz parte de nossa luta política cotidiana e contemporânea.

O povo Tupinambá reconhece o valor da oralidade na produção dos saberes e da ciência indígena. Os saberes e a ciência indígena Tupinambá estão preservados nas genealogias, na paisagem, nas danças, nas músicas, nas festividades, nos cantos e nos relatos dos anciãos. Por isso, recuperar a nossa história e nossa memória é não apenas dar testemunhos das injustiças do passado, mas compreender as estratégias de luta e resistência de nosso povo nos vários âmbitos da vida, seja na luta junto ao movimento indígena, seja no nosso cotidiano. Enquanto indígena pertencente a nação do povo Tupinambá de Olivença, essa história faz parte da minha própria história.

Por isso, para este estudo a metodologia aplicada baseou-se numa autobiografia e etnografia realizada junto com meu povo. Relatar sobre minhas vivências remete a construção coletiva do ser Tupinambá e o legado de luta do povo, de forma que meu sentimento de pertencimento e valorização pela cultura, tradição e luta pelos almejos deste povo, está em toda minha trajetória de vida.

Passo agora a apresentar as partes do trabalho, que está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “Aprendendo sobre o tempo da borduna e da caneta”, descrevo o meu trajeto como pesquisadora indígena, identificando no texto todos os meus legados de luta. É importante mostrar que foi a partir das memórias dos mais velhos, dos anciãos e anciãs de meu povo, e de seus incentivos e por meio da transmissão do conhecimento e da história Tupinambá, que aprendi tudo o que sei e que comecei a perceber que minhas ações vieram e se devem à essa memória coletiva.

O segundo capítulo, “O levante Tupinambá: autoafirmação étnica e luta pela demarcação”, tem como objetivo trazer o contexto de luta do povo Tupinambá de Olivença. A modernidade tem colado na nossa frente, novos desafios aos quais o povo Tupinambá tem respondido através da organização, trazendo nossas memórias e práticas construídas e alimentadas na própria luta.

No terceiro capítulo, “A educação como vetor de luta do povo Tupinambá”, descrevo a educação escolar indígena Tupinambá para mostrar como a luta por educação

foi o ponto focal para a luta do nosso povo, principalmente, em relação à consciência política, social e cultural para a autoafirmação étnica e para a luta por demarcação. Neste capítulo, mostrarei como as práticas pedagógicas fortaleceram o movimento e como contribuíram no processo de resistência do meu povo.

Já no quarto capítulo, “Festejos, vivências e eventos Tupinambá: ressignificação e resistência do ser Tupinambá”, entramos ao estudo das práticas nas quais e através das quais se (re)constrói permanentemente o ser Tupinambá. Continuamos usando as mesmas práticas, às vezes de modo diferente por causa dos novos desafios que cada presente nos coloca, mas mantendo vivas nossas memórias, as memórias de nossos antepassados. Trarei, neste capítulo, os eventos, as vivências, os festejos e mostrarei como estes não apenas fazem parte da história de resistência do povo, mas continuam, no presente, sendo chaves no processo de transmissão e reativação da nossa memória-resistência. Esses eventos são trazidos neste capítulo para mostrar como os Tupinambá tem mobilizado suas memórias numa luta que é histórica e que continua no presente, mostrando assim que a memória é uma memória viva, ou seja, em constante transformação e movimento.

A análise aqui trazida não pretende ser uma análise fechada nem exaustiva, mas sim uma contribuição para entender a importância das práticas e vivências do povo Tupinambá. É nessas práticas que a memória é construída e fortalecida, mas também ressignificada. Elas constituem, portanto, para nosso entender, práticas educativas enquanto elas também são transmitidas de geração em geração. Desejamos que nosso texto traga elementos de análise para intensificar os debates sobre a importância dessas práticas na construção da luta e permanência dos povos indígenas.

CAPÍTULO 1 - APRENDENDO SOBRE O TEMPO DA BORDUNA E DA CANETA

1.1 É COM OS MEUS QUE APRENDO A CIÊNCIA DO MEU POVO

*Sou Tupinambá, tenho orgulho de dizer
Eu sou tronco de uma árvore, eu sou forte pra valer*

*Olivença é minha terra
Tupinambá é minha nação
O maracá é um instrumento, um instrumento da união*

Não posso relatar de mim sem falar do meu pertencimento, como evocam os dois cantos do povo referido acima. Sou Tupinambá de Olivença, do TI- Território Indígena Tupinambá, no sul da Bahia. Trago aqui um pouco da minha infância e vivências na minha aldeia. Mostro como a educação indígena passada pelos mais velhos e pela comunidade fortalecem a identidade. Neste caso a construção do meu ser, minha identidade foi construída de forma coletiva com os meus, na minha comunidade, como diz a minha avó, D. Luzinete Vieira da Silva, “é no pião da aldeia que aprendemos quem somos”.

Desde os quatro meses de vida, quem cuidava de mim era a minha avó Luzinete Vieira da Silva (D. Nete). Minha mãe trabalhava como doméstica e só tinha contato comigo quando chegava em casa, já no fim de tarde, às vezes somente à noite. Minha mãe e minha vó me contaram que desde um ou dois anos de idade, minha avó me levava para todos os lugares que ela ia. Como ela fazia parte da pastoral das crianças, ela me levava para as comunidades; eu, minha irmã e meus primos.

Minha família morava na Ribeira, na comunidade de Sapucaeira. Depois mudaram para a comunidade do Gravatá. Todos os partos da minha avó foram feitos em casa, com as parteiras. Minha mãe nasceu no Gravatá com o auxílio da parteira Dona Angelina, uma anciã Tupinambá que encantou.

Meu avô, senhor Israel, vendeu a roça para poder ter uma casinha na comunidade de Olivença, nossa aldeia Mãe. Meus avós sempre falam que vieram morar aqui em Olivença para que meus tios, tias e minha mãe pudessem estudar, para aprenderem a ler. Eles sempre relatam que criaram os filhos e filhas, dando o sustento através da piaçava e

do roçado de mandioca. Eu fui criada em Olivença, na aldeia Mãe do Território Indígena (TI) Tupinambá, e sempre meus avós nos levavam para a comunidade do Gravatá. Íamos todos juntos, andando da comunidade de Olivença ao Gravatá, eu amava porque íamos todos juntos, eu, minhas tias, tios, primos e primas, vovó, vovô, minha irmã e minha mãe.

Me recordo das histórias que eram contadas pelos meus avós, por D. Angelina, por Seu Vavá, por D. Dedé, e pelos outros anciões que moravam no Gravatá. Relato aqui um episódio que me marcou muito. Como tínhamos o costume de sempre ir andando de uma comunidade para outra visitar os parentes, uma vez, quando saímos de Olivença para a Comunidade do Gravatá, Dona Angelina nos contava sempre a história da caipora, mas como estudávamos em escolas eurocêtricas, quando contávamos para os nossos colegas as histórias que os nossos mais velhos nos contavam, eles faziam chacotas de nós, e não acreditavam, porque éramos ensinados na escola que os contos e causos são folclore.

Continuando o relato. Eu e meus primos e primas e minha irmã, na estrada indo para o Gravatá, ficamos comentando entre nós que todas essas histórias que os nossos mais velhos contavam eram mentiras. Sempre íamos correndo na frente para parar no pé da mangueira do seu João da Lua e no pé de pitanga, ficar comendo olho de gato, e brincar de correr, dar cambalhota, escorregar na areia, pois a comunidade do Gravatá é em cima de uma jazida de areia. Em certo trecho da estrada, já para chegar no Gravatá, tinha a estrada principal e uma trilha, decidimos ir pela trilha para nos escondermos e esperar os adultos para assustá-los, foi aí que vimos na mata uma flor vermelha, tão linda, e quando ouvimos as vozes dos adultos se aproximando, tentamos sair da trilha para assustá-los, mas não conseguimos.

Não achávamos a saída que ligava à estrada principal. Começamos a chorar, minha prima Eduarda filha, tio Gerson – irmão de vovó – gritava e chorava bastante, dizendo “quem teve essa ideia de dar susto, agora estamos perdidos”. Parecia que estávamos horas andando no mesmo lugar, mas na verdade foram só poucos minutos e estávamos no mesmo lugar e a estrada principal estava do nosso lado, quando conseguimos sair da trilha que percebemos isso, mas ficamos bem assustados. Lembrome de ter pulado em cima da minha mãe chorando, ela falou calma, calma.

Tia Lene ria da gente. Aí minha vó falou “vocês foram enganados pela caipora” e, desde então, eu acredito na caipora. Nesse dia, quando chegamos na casa de tio Emanuel, colocamos nossas coisas e corremos para a casa de D. Angelina para contar para ela, todo o caso. Outra comunidade que íamos bastante com a família era na comunidade Acuípe de Baixo, visitar o irmão de vovô que era casado com o pessoal de

Martin Barbosa que criou meu avô. Meu avô sempre fala da vida na roça de seu Martin Barbosa. Minha mãe e meus tios e tias chamavam o seu Martin de pai e a esposa dele de mãe pureza, sempre íamos visitá-los.

Nessas andanças com vovó D. Nete, aprendi muito sobre a ciência e as vivências do meu povo Tupinambá. Minha avó sempre nos levou, eu, minha irmã e meus primos e primas, para estar junto nas ações do movimento Tupinambá. Trago na memória que, mesmo antes de conseguirmos o autorreconhecimento e o direito pela demarcação, minha avó me levava para as comunidades para ajudar na pastoral das crianças da Igreja Nossa Senhora da Escada. Junto com Dona Nivalda e Dona Olga, iam pesar as crianças, e eu, minha irmã Nataly, minha prima Laila, entre outras, ajudávamos a registrar, escrevendo esses dados.

Elas nos levavam porque elas não tiveram a oportunidade de ser alfabetizadas, e nós sim. Mais a frente estarei me debruçando sobre os resultados desse trabalho das nossas mulheres indígenas na pastoral da criança. Como já mencionei acima, nasci e cresci na aldeia mãe Olivença que é a comunidade mais urbanizada da TI Tupinambá. Meus avós e pais nunca deixaram que eu não aprendesse as vivências do meu povo. Fui uma criança privilegiada, cresci junto ao meu povo, pude correr, brincar, subir nos pés de árvores para comer frutas, tomar banho de rio, banho de mar, andar nas comunidades conhecendo e compartilhando as vivências com meus parentes Tupinambá.

Quando eu era pequena me chamavam de “peixinho”, porque desde os 4 anos de idade eu já sabia nadar. Eu aprendi a nadar com meu pai me jogando no rio e me deixando vencer os meus medos e limites. Confesso que bebi muita água tentando me equilibrar e aprendendo a boiar o corpo, dominar meu corpo sobre a água. E tem uma coisa que não me esqueço, os mais velhos falavam que para ser um bom nadador tinha que engolir muita piaba, um peixe de água doce, então vocês imaginem se não engoli muita piaba.

Trago na memória a imagem de Dona Nivalda relatando, na roda de conversa, que os Tupinambá eram os melhores nadadores. Isso me encantava e eu dava o melhor de mim para ser uma boa nadadora. Penso que, na época, deveria ser para mim uma maneira de afirmar meu ser Tupinambá, coisa de criança. Realmente, tornei-me uma boa nadadora, não só do rio, água doce, mas também na água salgada, no mar. Na minha adolescência, eu e meus amigos da mesma faixa etária, todos indígenas também, fazíamos sempre uma travessia de uma praia a outra, da praia da Batuba à praia dos milagres, isso também porque era uma tradição que os nossos mais velhos homens faziam.

Essa mesma travessia, conhecida como o “banho da paixão” é um ato praticado para trazer proteção para a aldeia. Sempre fui bem atenta às histórias contadas pelos nossos mais velhos e sempre queria vivenciá-las. Fazíamos isso durante todo o ano, por diversas vezes, já chegamos a sentir cãimbra, cansar na hora do percurso mais não desistíamos. Chegamos até a pegar uma correnteza e demorar para conseguir sair e chegar na costa. Tudo isso fazíamos escondidos. Fomos crescendo e entendendo o porquê da realização do “banho da paixão” e deixamos de fazer a travessia. Essa travessia por muitos anos não foi mais realizada pelos nossos mais velhos. Há 5 anos atrás, mais ou menos, um parente Tupinambá, Salva-vidas, tentou resgatar essa travessia, só que não mais como um ato simbólico e de cunho religioso do povo Tupinambá e sim com o sentido esportivo.

Apreendi também que existe o encantado das águas que nos traz proteção, que o rio é parte de nós, é um dos nossos, e minha vó me ensinou que quando eu estiver com muita preocupação, ou quebrante, é só eu ir ao rio, falar com ele, ouvir a voz dele e me banhar dos pés à cabeça, que a leveza e tranquilidade estará no meu dia, porque vou ter clareza do que está a minha volta. A água é muito preciosa para mim, aprendo muito, o nome que me foi dado no ritual poranci foi Amanayara, que significa a deusa da chuva, me transformo em rio e em mar. Quando falo sobre mim, da minha vivência, não tenho como me desconectar da história do meu povo, porque meu corpo, meu espírito, é o meu território.

Como sou Tupinambá da praia, assim falamos dos parentes que estão na parte litorânea do território, tive muitas vivências e aprendizados. Me recordo que sempre no tempo que o siri começava a andar, minha família levava todos nós da família, do pequeno ao grande, para catar siri. Lembro da primeira vez que peguei um siri com a mão, foi uma festa tão grande, que nem queria mais a vara de pescar com a pelanca de carne ou frango, usada para atrair o siri, só queria cavar na areia dentro das poças ou na beira do mar e tentar pegá-los com a mão.

O bom desses momentos era que reuníamos com muitos parentes na praia, vinham os Tupinambá das outras comunidades mais adentro do território, fazíamos o cozido do siri, a moqueca, e aproveitávamos também para catar búzios e tatuzinho. Tia Dina, a irmã da minha avó paterna, fazia uma moqueca deliciosa de búzios. Depois de voltar da praia, sentávamos todos juntos, para tirar a carnhinha do búzio. Ela nos dava um espinho do pé de limão, depois o tempero e o preparo eram com ela. Contando sobre catar siri, vou relatar também um pouco da “andada do caranguejo”, o período do defeso do animal, que

também é um momento de estarmos juntos com os parentes das comunidades, de sentar juntos e comer juntos, formar nossos laços afetivos.

Minha família e meu povo me permitiram ser o que sou hoje. Meu aprendizado é processual, a todo tempo no ato de sentar e ouvir, principalmente ouvir os mais velhos, vou fortalecendo o saber sobre minha identidade étnica, meu povo. Mesmo com todas as vivências e saberes, quando se deu o início do movimento da luta pela afirmação étnica e demarcação das nossas terras, meu avô materno se mostrava mais resistente a atuar, por medo. Ele trabalhou nas plantações de seringa para um dos fazendeiros que invadiu nossas terras.

Minha família, juntamente com outros parentes, retomou a área e meu avô receava as represálias, conhecendo de mais perto a violência contumaz dos fazendeiros. Nesta mesma área, da fazenda Tororomba morei por alguns anos. As retomadas são um ato de reivindicarmos a demarcação do TI Tupinambá. Houve, contudo, uma reintegração de posse para esta fazenda e, eu, minha família e várias outras famílias Tupinambá tivemos que sair da fazenda Tororomba. Atualmente, moro em uma área de retomada, chamada Aldeia Igalha e continuamos na resistência para permanecer dentro do no meu território.

1.2 SE APROPRIANDO DA CANETA: TUPINAMBÁ VIVE EM MIM

Desde muito nova sempre ouvi da minha avó D. Nete que ia chegar um tempo que, para lutar pelos nossos direitos, teríamos como ferramenta de luta a caneta e não somente a borduna. “Oh minha fia, hoje para conseguirmos alguma coisa para o nosso povo temos que usar a nossa borduna, mas vai chegar um tempo da caneta, e vocês que são mais novos que vão ter que aprender, para defender o seu povo”. Eu sempre falo que nós, indígenas, não temos essa temporalidade de ser criança, adolescente e jovem, pois desde pequenos somos instruídos a nos tornar lideranças, já assumimos um papel de responsabilidade na nossa comunidade.

Estudei a minha vida toda em escola pública, nas escolas da comunidade de Olivença. Concluí em 2009 o ensino médio no Colégio Estadual Jorge Calmon. Paralelamente aos estudos, participava ativamente das atividades ligadas ao movimento do meu povo. Com efeito, em 2005, ajudei um dos meus tios, junto com outros parentes, a formar o grupo de jovens Paranã. Meu tio era o coordenador do grupo. O grupo é bem ativo nas comunidades da nossa TI e tem como objetivo a revitalização de nossa cultura, dos porancim, da história do nosso povo, dos nossos trajes, de nossa língua, começando

a trabalhar o tupi antigo. Inclusive, no poranci, quase todas as músicas que foram traduzidas, fomos nós, do grupo Paranã, que traduzimos para a língua tupi.

No meu caso, eu comecei a fortalecer a minha identidade étnica a partir dos jogos indígenas. Até então não nos trajávamos com nossas vestimentas tradicionais, mesmo quando íamos para algum encontro. Em 2005, eu fui para Porto Seguro participar dos jogos indígenas de Coroa Vermelha. Desde então, todos os anos, esses jogos acontecem e os jovens Tupinambá participam desta celebração, que é os jogos indígenas. Como fui uma das primeiras jovens a participar, ao voltar para a comunidade, começamos o processo de revitalização de nossos adornos e pinturas, bem como de nossos ritos. Juntamente com esses outros jovens, ficávamos sempre na frente do movimento. Participávamos ativamente dos rituais em outras comunidades, como na comunidade do cacique Alício. Minha família sempre me apoiou nessas atividades e sempre ficou do meu lado.

Em 2008, aconteceu em todas as redes das escolas estaduais o que foi chamado de “primeiro festival anual de canção estudantil”. Me inscrevi, pensei até em desistir, mas minha vó não deixou e disse que quando assumimos compromissos temos que ter responsabilidade. Participei da primeira etapa na escola Jorge Calmon, fiz uma música de minha autoria, o que estava pedindo era que falasse sobre a cidade e citar Jorge Amado, escritor que traz a visão coronelista do que tem e se oferece na cidade, através da sua literatura. Lembro-me que era tempo de festejo junino, fiquei enrolando ajudando minha avó paterna a descascar milho para fazer canjica, mas minha avó materna mandou recado para eu ir para casa dela. Fui, e lá, ela me levou a refletir sobre o que é ter compromisso. Me dirigi até o espaço onde ia acontecer o festival, no centro cultural de Olivença. Estava muito nervosa, apresentei a minha música, cujo nome era “Meu paraíso” e fui selecionada para representar a escola Jorge Calmon. Depois tive que gravar a música, gravei em um estúdio improvisado do meu amigo Alberto Costa, conhecido como Chocolate.

Ficamos aguardando o resultado para a segunda etapa, foram selecionadas mais de 3 mil canções, entre elas, a minha composição foi selecionada. Foi uma festa para meu povo e para a escola, a escola fez camisas com minha foto estampada, eu toda trajada, faixas, cartazes, uma torcida organizada. Chegou o dia da minha apresentação, o meu objetivo não era ganhar um festival, era mostrar para região que existe um povo que é invisibilizado na história, mas que existe e eu pertencço a esse povo, o povo Tupinambá e que a cidade de Ilhéus não é só o que conta na literatura de Jorge Amado. Em uma plateia expressiva de 1.500 alunos, fora os profissionais de toda a rede estadual da região sul da

Bahia, no Centro de Convenções da cidade, entrei no palco com o meu cocar na cabeça, e comecei a cantar, vendo os meus parentes Tupinambá presente ali para me prestigiar, foi muito emocionante, e quando cantei com pisada do Tupinambá e ao som do maraká:

Moro num lugar lindo de viver, onde quando acordo vejo, o azul do céu e do mar, verde da mata, o amarelo do sol.

Que pena que nem todos quando acordam, veem essa paisagem linda, que Tupã nos deu, mas nem todos valorizam. O mar, o canto dos pássaros... o banho de sol.

Ilhéus romance do Brasil, onde o escritor Jorge Amado morou e cresceu, deixou histórias nos seus livros, Jorge Amado.

A cultura está no sangue, está no coração

A cultura está no peito de quem canta essa canção.

A cultura está no sangue, está no coração,

A cultura está no peito dos índios dessa nação.

E tem uma coisa que não posso deixar de avisar, sou índia Tupinambá, Tenho orgulho de ser, minhas terras vou reconquistar, sou índia Tupinambá.

Quem não conhece a cidade romance do Brasil precisa conhecer, pois é um lindo lugar de se viver.

Eu amo esse lugar...

Juliana Tupinambá, 2008.

Ouvi os gritos falando o meu nome, o azoar do maracá, e toda a plateia batendo palmas. O resultado do festival foi a minha composição ganhando o primeiro lugar. Vale ressaltar que fui a pioneira no meu povo a compor música que contribuía para a valorização da cultura, afirmação étnica, a usar a música enquanto ferramenta de luta. Depois, minha música foi usada para trabalho pedagógico na nossa primeira Escola indígena, que acarretou novos talentos e outros jovens foram reconhecidos, tanto por meio da música, quanto da poesia ou do cordel. Muitos jovens começaram a participar de festivais e ocupar esses espaços.

Antes desse momento, sofri por muito preconceito e racismo no espaço escolar desta escola onde o estereótipo do ser indígena era marginalizado. Vou contar um episódio que me marcou e tenho como resistência. Nessa escola pública não indígena, faltei a quatro dias de aula por ter ido representar, mais uma vez, o meu povo nos Jogos Indígenas de Coroa Vermelha. Nesses dias, faltei às provas de química e física, pensando que poderia solicitar a segunda chamada depois, mostrando, na secretária, o certificado de participação nos Jogos Pataxó, mas não aceitaram. Fiquei sem nota nas duas disciplinas. Na unidade seguinte fiz a prova e obtive a nota 10 em química e 9 em física.

Foi a maneira que encontrei de mostrar que o meu ser étnico não me prejudica, mas, pelo contrário, me enriquece.

Em 2009, foi a minha conclusão do ensino médio, mas a apropriação da borduna e caneta me fez engajar mais ainda nos estudos e na luta pelo direito do meu povo. Minha família foi a pioneira, principalmente uma das minhas tias, na implementação de creche diferenciada, tal é o exemplo da Oka Katuana. O objetivo, em 2009, era o de pressionar o governo do estado e a municipalidade para cumprir suas obrigações e tomar uma decisão referente ao Centro Cultural de Olivença. Começamos a construir, de taipa, um espaço para uma creche. A construção foi embargada, pois estávamos construindo na área de um patrimônio público. Contudo, o município cedeu e arcou com o pagamento do aluguel, água e energia; e o estado com a contratação dos funcionários e professores indígenas. Foi a primeira creche indígena do povo Tupinambá. Hoje, pela demanda e necessidade temos mais creches dentro do território, mas sem o estado e o município assumirem a responsabilidade que nos é garantida por lei. À medida que o movimento cresce, mais responsabilidades me eram transmitidas a ponto de buscar meios para que conseguíssemos avançar nesse processo. Minha avó é voluntária na creche, desde o início. Minha família toda praticamente trabalha na escola indígena, uns trabalham na sede, outros trabalham na creche Oka Katuana. Vale salientar que sou representante do povo indígena Tupinambá no fórum de educação municipal de Ilhéus, participei da construção da resolução do direito pelas creches Katuana e Amotara, que ainda não nos contemplam, pois são abertas brechas para que o índio perca a sua autonomia.

Por ser coordenadora do grupo jovem Paranã, com 15 anos de idade, já tinha começado a ensinar nas escolas da minha TI, de forma voluntária. Com 20 anos, fui contratada como PST (prestação de serviço temporário) para lecionar nas turmas do Ensino de Jovens e Adulto (fundamental II), bem como no ensino médio, turno noturno. Já lecionei também em turmas multiseriadas (1ºano ao 3ºAno do fundamental I), no núcleo Oka e na creche Katuana, na turma do 4º Ano do fundamental I e no Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (escola sede) nas turmas de 6º ano do fundamental II ao 3º ano do ensino médio, na disciplina de geografia, Ed. Infantil no Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara. Sou engajada e ativa na luta pela educação escolar indígena, representei o meu povo em diversos espaços de discussões e debates.

Em 2012, já com essa experiência no movimento, ingressei no curso de geografia, bacharelado da Universidade de Santa Cruz (UESC). Escolhi o curso visando a ajudar o

processo de demarcação do território da minha nação Tupinambá. Com efeito, vários dos meus parentes passaram e continuam passando por momentos de opressão, foram violentados, maltratados e ameaçados pelos fazendeiros da região, bem como pela Força Nacional que pretendia “dar segurança e pacificar o conflito”. Queria fazer algo concreto que pudesse servir na luta pela demarcação do nosso território e lembrei das orientações da minha família e parentes sobre a importância de estudar. Iniciei, então, a universidade e me confrontei com outra realidade: o racismo institucional. Na minha turma, tinha também filhos de fazendeiros da região, abertamente contrários à demarcação do nosso território. Não perdiam a oportunidade de falar mal do meu povo, de criminalizar nossos caciques e nossas lideranças, nos chamando de “ladrões de terra”, entre outros insultos que eram voltados para mim. Apesar das dificuldades sofridas por esse preconceito, nunca neguei a minha identidade. Se eles não perdiam uma ocasião para nos criminalizar, eu não perdia a ocasião de defender e dar a conhecer a luta do meu povo por seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 e outros textos de lei.

Foi um período muito difícil, pois a universidade não tem um olhar para as nossas especificidades enquanto indígena, mas me esforcei. Confesso que, em certos momentos, pensei até em desistir, mas a minha base é muito forte e sempre me levantei: “Sou Tupinambá, tenho orgulho de dizer / Eu sou tronco de uma árvore, eu sou forte pra valer” como dizemos na minha aldeia.

Tenho consciência de que, apesar de serem poucos os espaços que temos enquanto indígenas dentro das universidades, eles vêm da luta e sacrifícios dos nossos anciãos. Diante de tal esforço, eu não podia de maneira alguma desistir. Então continuei, fui bolsista de iniciação científica, estagiando no laboratório de mirmecologia durante um ano na Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira- CEPLAC. Foi ainda um período de muita luta, uma vez que a maioria dos funcionários eram ruralistas. Para dar um exemplo, quando estava com a pintura corporal do meu povo Tupinambá, meus “colegas” não me davam carona. Ressalto o fato porque o laboratório situava-se a cerca de 4 km de distância da saída.

Uma dessas vezes em que fui andando para chegar até a guarita da saída, chorei a estrada toda, quando já estava na metade do caminho apareceu um operário em uma motocicleta pop que me ofereceu carona. Fiquei primeiro com medo, mas aceitei. Quando cheguei na frente da CEPLAC, jurei que nunca mais iria voltar naquele lugar. Chegando em casa, relatei o ocorrido para minha vó e minha mãe. Elas simplesmente me

aconselharam a permanecer forte, ressaltando ainda que tudo o que começamos, precisamos concluir. Segui o conselho e fiquei estagiando durante um ano.

Em 2014, fui aprovada no primeiro concurso na categoria professor indígena da Bahia. No período probatório fiz o curso de magistério indígena, que foi concluído no ano de 2016. Como não podia ter vínculo empregatício, sai do estágio na CEPLAC. Um dos meus professores da época, Jacques Delabie, preferia que eu ficasse mais tempo no estágio, e se dispôs a ser o meu orientador do trabalho de conclusão do curso (TCC). Contudo, preferi interromper este estágio.

Neste período, comecei também a analisar os jogos indígenas como sendo uma aula prática, uma vez que possui todas as especificidades da educação escolar indígena. Coloquei na mente que a gente ia fazer os jogos indígenas Tupinambá e que deveriam ser na modalidade estudantil. Em 2014, organizamos os primeiros jogos em uma das aldeias de nossa TI, a Taba Jairy. A partir de então, faço também parte do fórum de educação, participando dos diferentes debates vinculados à educação escolar indígena.

Fui também estagiária na Defesa Civil da Prefeitura de Ilhéus. Essa nova experiência me permitiu acompanhar os procedimentos realizados em casos de deslizamento de morros e alagamentos de áreas de risco na cidade. Aprendi muito e pude, de certa forma, ajudar desamparadas e desalojadas através de diversos tipos de ações, tais como campanhas.

Para meu trabalho de conclusão do curso fui orientada pelo professor Francisco de Paula. Pesquisei a potencialidade das águas medicinais da Estância Hidromineral de Olivença enquanto forma de resistência do povo Tupinambá para contribuir no processo de demarcação da TI Tupinambá de Olivença. Contudo, por falta de recursos da universidade não conseguimos avançar. Tive, então, que mudar o foco da minha pesquisa para trabalhar sobre a caracterização do Rio Tororomba que abastece Olivença-Ilhéus-BA.

Em 6 de abril de 2016, chegou o momento tão esperado da colação de grau, que a princípio deveria ser uma lembrança feliz. A universidade não me possibilitou entrar com meu traje e meus adornos, procurei o setor responsável e eles negaram o meu pedido, disseram que seria uma quebra de protocolo. Fiquei bastante triste, mas não me conformei, então combinei com os meus padrinhos, meu tio Ivan irmão da minha mãe e meu colega Erlon Fábio que ao invés deles colocarem o capelo na minha cabeça, eles iriam colocar o meu cocar para eu receber o grau de bacharel em geografia, e assim foi feito, e estava realizada.



Imagem 1: Colação de grau em geografia bacharelado (Arquivo pessoal, 2016).

Contudo, por ser coordenadora do grupo de jovens indígenas Paranã – como expliquei anteriormente -- nessa mesma data, estávamos promovendo uma nova edição dos Jogos Indígenas Estudantis Tupinambá (JIET). Não tive, então, como dedicar o meu tempo por inteiro para a formatura e quando chegou a noite no final da cerimônia, o fotógrafo pediu para a turma se juntar no intuito de tirar a foto oficial, quando me viu de cocar na cabeça me pediu para retirá-lo, e disse que eu estava fora do padrão. Mais uma vez, estava sendo vítima do racismo institucional. Não tirei meu cocar e preferi não tirar foto. Minha família pensou diferente e me aconselhou tomar a foto como forma de resistência, o que fiz.

Após retornar para aldeia me deparei com uma linda festa que minha família tinha preparado para mim, e quando vi meus amigos, os parentes Tupinambá, Pataxó Hãhãhãe, todos juntos comigo para festejar mais uma conquista minha e dos meus, retomei as minhas forças, pois no dia seguinte o evento dos jogos indígenas estudantis Tupinambá continuaria. No dia seguinte foi tão forte, pela manhã sempre antes de iniciar as atividades do JIET sempre fazemos o nosso poranci, e foi ali dentro da arena, que nosso parente guerreiro Patury locou dos JIET, anunciou, convidou a guerreira Amanayara para o centro do nosso ritual, eu fui, lá no centro estava minha avó D. Nete, D. Nivalda, a cacica

Valdelice e outros caciques os quais falaram da importância do jovens estudar para defender nosso território, e me parabenizaram em nome de toda nação Tupinambá, e disse onde quer que esteja não se esqueça, você é Tupinambá.

Me deram o microfone para puxar o poranci, eu balancei meu maracá, pisei firme no chão, e entoiei o cântico Tupinambá:

*Eu vi gemer lá na mata aê,
eu vi gemer lá mata,
eu vi gemer lá na mata.
Tupinambá é índio guerreiro que Tupã deixou na terra para lutar pelos
ideais
e também vencer o mal,
E eu estou na minha aldeia,
aldeia que nos pertence,
e viva ao nosso pai Tupã
que ele ama muita gente.*

Todos em círculo, balançando o maracá, meu choro sufocou a minha voz e meus parentes todos juntos continuaram em uma só voz, a entoar o cântico, aproximadamente 800 pessoas de jovens, crianças, anciões, caciques, lideranças, a comunidade estava ali comigo, me mostrando que a todo tempo somos resistência e um povo aguerrido.

Em 2018, fiz o processo de seleção do mestrado em antropologia social na Universidade de Brasília-UnB, fui selecionada nas primeiras etapas, mais por questão de saúde de minha avó D. Luzinete Vieira optei por não ir cursar, foi um momento de muita angústia na minha família, ela é a nossa matriarca, a nossa base, mas graças aos encantados e ao pai Tupã depois de meses de tristeza e desespero, ela se recuperou.

Em 2019, fiz duas seleções de mestrado e fui aprovada nas duas, no mestrado em relações étnicos raciais na Universidade Federal do sul da Bahia (UFSB) e no mestrado em antropologia social na Universidade de Brasília (UnB), o qual estou cursando. Um momento rico e especial em um dos processos da seleção do mestrado foi quando fui fazer as duas últimas etapas, eu estava na militância na Primeira Marcha das Mulheres Indígenas, da militância ao espaço acadêmico, ocupando outros espaços como estratégia de luta.

Também na última etapa da seleção do mestrado da UFSB, estava na cidade de Itabuna, em uma formação continuada para professores indígenas, por coincidência, a data para realizar a prova oral era em um dos dias do curso, eu estava na cidade de Itabuna. Fui realizar a prova, recebi a notícia da aprovação lá no espaço do evento, onde estavam professores indígenas Tupinambá e Pataxó Hãhãhãe, que me parabenizaram com um

lindo poranci. Nesta mesma semana, estando lá, recebi o comunicado do Centro de referência e assistência Social (CRAS) de Olivença dizendo que tinha me inscrito em um festival de música, e faltava dois dias para apresentação musical nossa, fiquei bem preocupada, porque era para representar Olivença, então fiz uma composição o qual a inspiração foi a aula de direito dos povos indígenas.

Particpei do festival e junto comigo foi uma caravana do meu povo Tupinambá, ocupamos o teatro municipal da cidade de Ilhéus com os nossos trajes, adornos e maracás. Fui premiada como o melhor show da noite, com a música “Descolonizando”. A seguir a letra da música.

São 519 anos, que vivemos em guerra que chegaram os portugueses e invadiram as nossas terras. Violentaram o nosso povo, exploraram nossas riquezas, tentaram matar a nossa história, as nossas raízes. Por muitos séculos nos escravizaram, proibiram de falar a nossa língua, a nossa cultura e tradição.

Mas não contavam que temos proteção do nosso pai Tupã, Jacy e Gwaracy, e se sangra a mãe terra está nos ferindo e isso nos leva a continuar a lutar.

Somos povos de resistência, esse legado o nosso antepassado deixou, proteger a mãe terra, que é o que temos de valor.

Somos donos dessa terra, povos raízes dessa nação, e com a força do cantar e do maracá, nossos territórios vamos demarcar.

Demarcação, Demarcação já!

Demarcação, Demarcação já!

Demarcação já!

Somos donos dessa terra, povos raízes dessa nação, e com a força do cantar e do maracá, nossos territórios vamos demarcar.

Demarcação, Demarcação já!

Demarcação, Demarcação já!

Demarcação já!

Mas não contavam que temos proteção do nosso pai Tupã, Jacy e Gwaracy, e se sangra a mãe terra está nos ferindo e isso nos leva a continuar a lutar.

Demarcação, Demarcação já!

Demarcação, Demarcação já!

Demarcação já!

Juliana Tupinambá, 2019

1.3 DESPEDIDA TEMPORÁRIA: DA ALDEIA TUPINAMBÁ PARA BRASÍLIA

Em 2020, o ano letivo da escola onde estou lotada, Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara, anexo Oka Katuana, se iniciou no mês de fevereiro, antes do início

das aulas. Nós, professoras e funcionários, sempre corremos atrás de materiais de reparos, pinturas, entre outros, para deixar o ambiente escolar mais aconchegante.

Em um trabalho conjunto de arte, algumas professoras e funcionários aderiram a colorir e demarcar as paredes da nossa escola. Uma mãe de aluno da escola, de forma voluntária, veio nos ajudar a desenhar nas paredes, eu e minha irmã, professora Nataly, fomos dando as ideias do que desenhar na parede e fomos rabiscando junto com ela.

Começamos a dialogar e a criar um espaço de arte e afirmação étnica Tupinambá. Desenhamos o cenário da nossa festa da “Puxada do mastro”, símbolos da nossa cultura, a figura do Tupinambá mostrando a diversidade do povo, cenários da nossa aldeia, mais eu quis deixar uma marca para demarcar o espaço e eu.

Foi então que desenhei no papel uma figura de uma mulher indígena com seus trajes, adornos, pintura corporal, e deitada a cabeça com seus cabelos no chão, passamos o desenho para a parede, na hora de pintar, a cor dos cabelos foi com a cor azul, representando a cor da água, onde os fios dos cabelos são comparados com rios.

Porque essa menina tem o mapa do seu território na sua cabeça, e obteve o saber com os mais velhos que o território Tupinambá é de água em água, limitado pelos rios, e carrega uma frase contigo: “Meu território vive em mim”.



Imagem 2: Juliana Tupinambá, 2020, Oka Katuana. (acervo pessoal)



Imagem 3: O mapa do meu território está em mim. (Acervo pessoal, 2020).

No mês de fevereiro, fui para escola receber meus alunos, passei o mês todo ali junto com a família Oka Katuana, quando chegou o momento de me despedir dessa família. Recordo-me que, no início daquele dia, com todo o corpo escolar, em uma grande roda a professora Maria Cristiane (Amanary) transmitindo palavras de forças, a professora Maricy com palavras de fé e carinho, a professora Tailane Matos falando do carinho que tem por mim, com abraços e palavras de incentivos e todas as minhas outras parentas me desejaram uma boa trajetória, e disseram que iriam torcer para que eu me tornasse uma mestra Tupinambá.

Os curumins me enchendo de abraços e beijos, diziam “tia Juh volta logo, nós te amamos”. Amanary inicia o nosso poranci com a nossa oração a Jacy. E com trecho da oração do meu povo, “Eu vou pedir a minha mãe Jacy, que ela venha nos ajudar, eu vou pedir ao meu pai Tupã para a nossa aldeia se levantar” e com os ensinamentos da minha avó D. Luzinete Vieira que dizia: “É preciso entrar na luta de papel e caneta para ajudar na luta do nosso povo, e que essa missão é para os mais jovens, é com esse ensinamento que me fortaleço para enfrentar todas as adversidades que nós indígenas passamos nesses espaços acadêmicos. Assim, chegou o momento de sair da minha aldeia e ir para Brasília cursar a pós-graduação em antropologia social na Universidade de Brasília-UnB.

Essa trajetória, eu sabia que seria difícil, mas não contava vivenciá-la em um contexto pandêmico, o que tornou tudo bem mais difícil por causa do medo de não poder mais ver meus familiares e entes queridos por conta de um vírus que está assolando todo o mundo, isso me deixou muito apreensiva. Mas, como expresseo no meu poema “Meu Território Vive em mim”:

*Em mim tem a ciência e a vivência do meu povo
Conheço cada canto e cada encanto dessa terra
Quanta beleza! Quanta riqueza.*

*Posso ouvir o som dos pássaros, da mata, dos rios.
Tudo isso está em mim, na minha memória.
Vou ali, mais é temporário.
Estou indo para um lugar totalmente diferente do meu lugar,
Meu eu chora, mais sabe que é um sacrifício coletivo,
É para poder as futuras gerações contemplar essa beleza e riqueza
Da mãe terra tupinambá.*

*Estou saindo da minha terra sagrada
Mais ela não sairá de mim, pois carrego
No meu ser, o mapa do meu território.*

*Ah! E não estarei só, pois em mim, está a minha ancestralidade
Mesmo de longe posso escutar o ecoar das vozes da minha mata,
Do meu território.
Quando se senti só, vou ecoar meu maracá,
Puxar meu cântico tupinambá
Para os meus comigo está.*

*Meu território vive em mim,
Meu ser Tupinambá está em mim.
Eu sou fruto desse solo,
Eu faço parte desse solo,
Eu sou filha dessa terra.
Eu sou, sou sim,
Sou Tupinambá.
Não importa onde eu estiver,
A minha nação está em mim,
Meu território vive em mim.*

Juliana Tupinambá, 2021

A minha trajetória acadêmica, profissional, bem como no movimento indígena, está marcada por ações que procuram contribuir com a luta pela demarcação de nossa TI e pela garantia de uma educação escolar indígena, diferenciada, específica, comunitária, bilíngue e de qualidade. Procuo também contribuir para o fortalecimento da vivência da cultura e afirmação da identidade Tupinambá, e para a troca de vivência intercultural.

Sou Educadora indígena na escola da minha aldeia formada em geografia (bacharelado) pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), pedagogia pela Faculdade Adelina Moura (FAADEMA), pós-graduanda em Educação Indígena pelo Centro Universitário Faveni, mestranda em Antropologia social pela Universidade de Brasília-UnB, pesquisadora do projeto de ampliação do Centro de Referência Virtual Indígena do Armazém Memória.

Os anciãos bem como os atuais caciques e lideranças lutaram e continuam lutando para que nos tornemos cada vez mais autônomos. Graças a eles, sou hoje uma jovem liderança indígena, estou como assessora de comunicação do Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) na diretoria do departamento de mulheres do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA). Trilhei um reconhecimento dentro do meu povo e sou uma referência quando se trata de falar sobre a cultura tupinambá, educação escolar indígena, e indígenas no ensino superior.

Através da apropriação de diversos espaços da sociedade, espero poder contribuir mais para essa luta, e pela garantia dos direitos do meu povo, me capacitando melhor para realizar o desejo dos nossos anciãos. Minha avó é minha base, ela me fortalece, afirma “vamos avante”, me guia na luta e me mostra o caminho a seguir. Continuar me apropriando da caneta contribuirá, estou segura, para a minha vida profissional e acadêmica, mas também para a minha trajetória de luta pelos ideais do meu povo Tupinambá.

No capítulo seguinte será abordado como se deu o processo de luta do povo Tupinambá em busca do reconhecimento étnico e demarcação do seu território. Através do texto se faz perceber que o início se deu com a estratégia de luta, com a simbologia da borduna, utilizando como ferramenta a ciência do povo para lutar pela sobrevivência. O despertar da luta vem mais tarde, da apropriação da caneta para a garantia dos seus direitos enquanto indígenas.

CAPÍTULO 2 – O LEVANTE TUPINAMBÁ: AUTOAFIRMAÇÃO ÉTNICA E LUTA PELA DEMARCAÇÃO

2.1 BREVE HISTÓRICO

Desde os primórdios da invasão portuguesa ao continente Ameríndio, o povo Tupinambá é considerado um dos primeiros povos a estabelecer relação com o invasor. Período esse considerado o marco inicial de luta e resistência ao processo da colonização e que ainda hoje é herdado por todos os nascidos no espaço da TI que vêm lutando pela permanência no seu território.

A historiografia afirma que os portugueses ao chegarem no território do novo continente, por eles denominado de “Novo Mundo”, junto com todo o seu desejo de conquista existia, em sua bagagem, o pensamento de dominação e apropriação de novas terras para produção, já que a dinâmica do novo sistema econômico que se instaurava apontava para a necessidade de novas fronteiras para agricultura, haja vista o solo europeu já encontrar bastante desgastado e a busca por novos espaços de produção tornava-se inevitável.

Foi a partir desse contexto que se iniciou um processo violento de exploração dos recursos naturais e da mão de obra dos nativos, sem ao menos buscar-se entender a estrutura social, a organização política das nações que aqui viviam, sua ocupação e a relação que eles possuíam com o seu território.

Enfrentando uma lógica completamente contraditória ao bem viver indígena, os Tupinambá de Olivença, como quase todos os habitantes do litoral, foram os primeiros a sofrerem o processo de escravização e a perder parte do seu território, mesmo nunca tendo saído do seu território originário.

... FAZ-ME SÁBIO PARA QUE EU POSSA COMPREENDER AS COISAS QUE ENSINASTE AO MEU POVO.

DEIXA-ME APRENDER AS LIÇÕES QUE ESCONDESTES EM CADA FOLHA, EM CADA ROCHA.

BUSCO FORÇA, NÃO PARA SER MAIOR DO QUE MEU IRMÃO,

MAS PARA LUTAR CONTRA O MEU MAIOR INIMIGO, EU MESMO.

FAZ-ME SEMPRE PRONTO PARA CHEGAR A TI

COM AS MÃOS LIMPAS E COM O OLHAR FIRME,

A FIM DE QUE, QUANDO A VIDA SE APAGAR COMO SE APAGA O POENTE,

O MEU ESPÍRITO POSSA ESTAR CONTIGO SEM SE ENVERGONHAR.

AMÉM!

O trecho da oração acima recitada pelos Tupinambá em momentos de ritos destaca, de maneira bastante relevante, o caminho que percorremos para essas nossas reflexões, tomando como parâmetro principal a diferenciação de ótica no entendimento do que seja desenvolvimento.

A relação de contato do português com os Tupinambá pode ser simbolizada através da relação e do olhar comercial que os primeiros tiveram com o Pau-Brasil (Árvore típica da mata Atlântica) e nessa perspectiva a simbologia não pode se encerrar na relação puramente comercial, mas também, na relação com o vermelho do sangue que representam as diversas tentativas de extermínio passados e presentes e que marcam o sentimento de pertença que os Tupinambá possuem com o seu território.

Essas relações ultrapassam as expectativas de uma visão capitalista com o mesmo, reforça uma percepção da terra enquanto complemento da existência desses povos, aquela que abriga, que alimenta e que guarda os seus seres sagrados através das folhas, das pedras, dos rios e do mar.

Desalojados, ou simplesmente eliminados de suas terras pelas contínuas guerras impetradas pelos portugueses, os Tupinambá abandonavam o litoral e as áreas férteis de suas antigas moradias, as atividades da lavoura, principal ocupação em época de paz, num desespero recurso à violência do colonialismo (Mendonça, 2014:79).

O povo Tupinambá no período inicial da colonização ocupava espaços ao longo de todo o litoral brasileiro. Hoje, permanecem na região Sul da Bahia em uma batalha

judicial que se iniciou no reconhecimento étnico e estende-se na demarcação do Território Indígena Tupinambá de Olivença que tem 47.370 hectares e um perímetro de 150 km, sendo reconhecida, mas ainda aguardando a homologação da demarcação pelo Ministério da Justiça.

Habitando em uma área contínua e de intensa migração interna, os Tupinambá de Olivença estão presentes na região de Mata Atlântica nativa, ocupando zonas limítrofes em parte dos municípios de Ilhéus (Latitude: -14.7973, Longitude: -39.0355 14° 47' 50" Sul, 39° 2' 8" Oeste), Una (Latitude: 15° 16' 11" Sul, Longitude: 39° 4' 10" Oeste) e Buerarema (Latitude: 14° 56' 50" Sul, Longitude: 39° 18' 16" Oeste).

A ocupação inicial da Aldeia Mãe de Olivença relatada pelos Tupinambá se deu na região urbanizada da Estância Hidromineral de Olivença, litoral sul de Ilhéus, distante 14 km da área central da cidade, que um dia foi sede da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus. O título de Estância Hidromineral se deu diante das características do espaço, o qual pode ser descrito como um ponto alto no litoral, tendo à frente vasta extensão de praias e, no seu interior, nascentes de águas ferruginosas de valor medicinal (Marcis, 2004, p. 11), sendo considerada a única Estância Hidromineral no litoral do continente americano.

Na porção Leste, a TI Tupinambá de Olivença abrange uma região que se estende do rio Cururupe até a Lagoa do Mabaço no sentido N-S. Na porção oeste, estão as serras e as matas que delimitam o território. Do ponto de vista geológico, na sua maior parte, pertence ao grupo barreiras, depósito sedimentar do período terciário com características de sedimento argilo-arenoso. A vegetação é originalmente do bioma Mata Atlântica, que é composto por vários ecossistemas como mangues, vegetação de praia, restinga, mata higrófila, mata mesófila, mata de cipó, brejos e várzea ou mata ciliar.

D. Nivalda Amaral (in memoria), anciã Tupinambá, afirmava que o território de nosso povo é dividido “de água em água”, conhecimento esse confirmado no mapa do território delimitado onde a sua organização hídrica identifica a estruturação social e comunitária a partir de sua posição dos rios. As 23 comunidades do território Tupinambá são delimitadas pelos cursos d'água e os nomes dos rios correspondem à comunidade do seu entorno em sua grande maioria.

Os córregos, riachos e remansos, no interior dos espaços Tupinambá, são lugares que fornecem mais do que o elemento de irrigação, oferecem elementos de curas por meio de suas propriedades e destacam a apropriação daqueles que primeiro ocuparam os locais

através dos nomes fornecidos aos locais, lugares, instrumentos, matas, fauna, flora e, sem dúvida, as suas águas.

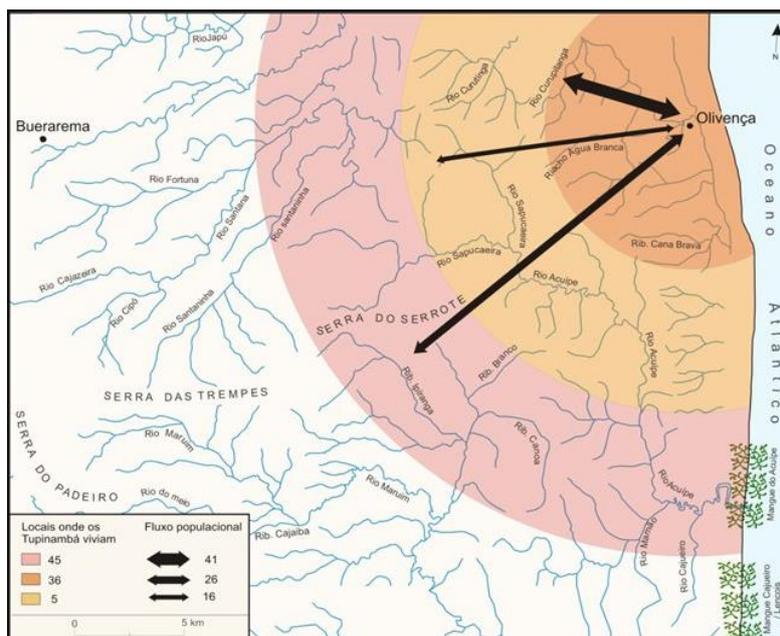
Dessa forma, as comunidades de Sapucaieira, Acuípe, Pixixica, Curupitanga, Cururutinga, Maruim, Santana, Santaninha, Mamão e Sirihyba, recebem o mesmo topônimo dos rios do entorno, revelando a resistência linguística na manutenção de traços simbólicos da permanência do povo e dos vestígios do tupi antigo. Os anciãos Tupinambá relatam que na nossa permanência no território, uma das grandes influências são as águas que têm potencialidades medicinais, “a cura”, e esse foi um dos grandes motivos para a entrada dos estranhos no nosso território.

Marcis (2004) afirma que os atributos como as vastas extensões de praia e rios com potencialidade medicinal que impulsionou a vinda de moradores de vários lugares do país se iniciando na década de 1920 que, com o auge do desenvolvimento da lavoura cacauera, se potencializou cada vez mais. O olhar para Olivença era de um local para casa de veraneios, chácaras para lazer, conforme destacam os jornais da região.

No auge do desenvolvimento da inserção da monocultura do cacau, a tomada de terras dos Tupinambá se intensificou a partir da lei de doação de terras. Os “coronéis do cacau” com falsas escrituras e com a conivência do Governo do Estado se apropriaram dos espaços acreditando que possuíam grandes produtividades, conforme de fato ocorre nas serras e nos espaços mais internos do território, diferente daquilo que encontramos no litoral.

Esse processo de ocupação gerou uma desconfiguração da vida social e da mobilidade do nativo que, ao longo do processo de contato, sofreu com mais um ataque a suas memórias e tradição pois, além da tentativa de negação ética, um novo formato de relação produtiva passava a ser aplicado no espaço Tupinambá.

Cabe-nos destacar que o povo Tupinambá de Olivença possui um sistema de mobilidade muito particular dentro do território, fazendo constantes migrações sazonais de acordo a produção do seu alimento. Esses nativos transitavam livremente entre as serras e o litoral se alimentando de uma agricultura de subsistência praticada no local de roçados, da caça e da pesca de diversos frutos do mar.



Mapa 1: Localidades identificadas nos Registros de Óbito do cartório da Vila de Olivença. Trata-se de locais ocupados pelos índios entre o fim do século XIX e o início do século XX. (Fonte: Susana Viegas, 2007).

Da mesma maneira que a ocupação de terras foi intensa, também se amplificaram os discursos voltados para desconfiguração étnica da imagem do originário de forma intencional (Pacheco de Oliveira, 1997). Aos Tupinambá de Olivença foi empregado, de maneira discriminatória, a expressão “caboclo” ao se referirem aos donos da terra, no nosso caso específico, “caboclos de Olivença”. Termo esse que distancia ainda mais os legítimos donos do território do seu espaço de direito, já que o “caboclo” não é reconhecido enquanto indígena ou, se assim for percebido, esse já estaria em um estágio de integração, em uma desconsideração total dos elementos culturais tão marcantes que nos identificam enquanto povo.

A afirmativa acima, por mais uma vez, coloca a luz de nossas reflexões sobre a ótica distorcida que o processo desenvolvimentista implica para os povos indígenas em um caminhar que difere da construção de mundo e de sociedade e que foi instaurado a partir da ocupação portuguesa e que teve graves suas consequências. As consequências da inserção da lavoura cacaueteira em um ambiente onde a tônica estava na agricultura familiar impactaram inclusive na produção de alimentos dentro do próprio território. Os espaços destinados à produção familiar são perdidos em detrimento da monocultura cacaueteira e, assim, os donos do território acabam se submetendo ao trabalho braçal nas lavouras cacaueteiras em um ciclo vicioso de características semelhantes à escravidão.

Por outro lado, destacamos a venda turística do litoral que margeia o TI Tupinambá intensificada na década de 60 e a resistência política na figura do indígena conhecido como Marcelino, o qual tentou impedir a construção de uma ponte que ligava a cidade de Ilhéus à Estância de Olivença, via essa de entrada das mazelas desenvolvimentistas e da especulação imobiliária do litoral ocupado pelos Tupinambá, mais uma vez criando obstáculos para aquisição do alimento e constituindo uma nova relação entre o indígena e o empresário do ramo turístico.

Na década de 1990, o povo Tupinambá inicia um processo pela afirmação étnica e a demarcação do TI Tupinambá de Olivença. Com isso a expressão “cabocla” que negava a sua identidade étnica, não é mais aceita pelos nativos que passam a ser reconhecidos como Povo Tupinambá.

O que é constatado é a repetição de um ciclo de escravização e desapropriação do indígena Tupinambá do passado e a sua permanência no presente, pelo fato de seu território não estar demarcado, muitos dos nativos continuam ainda servindo como mão de obra para os fazendeiros e para os grandes empreendimentos na área do turismo como, por exemplo, a hotelaria. Assim, mais uma vez, o que é percebido é a concepção completamente oposta à ideia de desenvolvimentismo, aplicada pelas elites do capital do Brasil e a compreensão de desenvolvimento que os indígenas possuem para um bem viver com o seu lugar.

Ao longo da história, o povo Tupinambá passou pelo processo de desconstrução étnica. Hoje, a sua luta é pela demarcação do Território Indígena Tupinambá de Olivença que garante a sua etnicidade e sua própria organização social. Como indicado por Pacheco de Oliveira (1998), com relação às terras indígenas (TI):

Trata-se do habitat de grupos que se reconhecem (e são reconhecidos pela sociedade) como mantendo um vínculo de continuidade com os primitivos moradores de nosso país. (...) Aponta para a necessidade de manutenção de um território, dentro do qual um grupo humano, atuando como um sujeito coletivo e uno, tenha meios de garantir a sua sobrevivência físico-cultural (Pacheco de Oliveira, 1998: 44-45).

Em um período mais contemporâneo, nós, Tupinambás de Olivença, que durante anos fomos considerados extintos pela historiografia brasileira, retomamos a luta para sermos reconhecidos como povo indígena.

2.2 O POVO TUPINAMBÁ EM BUSCA DA CANETA DA ALMA E AS LETRAS DA DEMARCAÇÃO

O reinício da Resistência Tupinambá se deu no ano de 1983 para 1984. Pode se dizer que um dos grandes protagonistas desse processo de reivindicação étnica e pelo território se deu em 1985 com o cacique Alício (Alicio Francisco do Amaral). O cacique Alício foi à Brasília, esteve com Mário Juruna e relatou as necessidades dos Tupinambá. Ao retornar, ele e os outros como a liderança Manoel Liberato de Jesus, que o acompanhou tiveram várias ameaças tendo que ficar transitando nas matas do território, para não sofrerem repressões por estar buscando os seus direitos. De forma que fomos identificados enquanto índios de Olivença.

Com todas as represálias e perseguições, com essa fuga das lideranças para as matas pela polícia da região, o movimento perde forma e é desarticulado. Em 1997 com a participação das lideranças e professores indígenas no Conselho Indígena de Saúde e no curso de magistério, que o movimento Tupinambá volta a se rearticular. Neste mesmo ano em 1997 que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) deu início ao processo de reconhecimento étnico e assim começou uma enorme luta judicial para a demarcação do nosso território originário.

As lideranças junto com o coletivo de professores começaram a participar dos encontros junto aos povos indígenas do sul e extremo sul da Bahia, para reivindicar a luta pelos direitos indígenas e pela terra. Em 1998, participaram do encontro do conselho de caciques do Sul e extremo sul da Bahia e do Encontro Nacional de lideranças indígenas, em Porto Seguro, até então conhecidos como índios de Olivença. Questionados pelos parentes qual o nome do povo que pertencia, voltou para a aldeia motivados para organizar o povo e ouvir dos mais velhos qual seria a identidade étnica dos índios de Olivença.

Núbia Batista relata que quando foram questionados pelo Cacique Nailton Pataxó Hãhãhãe, falou para si mesmo que ia voltar para a aldeia com essa missão, divulgar tudo que ocorreu nas reuniões que participou, as temáticas que foram discutidas, fazer umas reuniões e apresentar. Foi no ano de 1999 que o povo Tupinambá deu início a sua organização social, a eleição para cacique e a eleição para o conselho de saúde indígena, pois nesse mesmo ano, passou a ter direito ao atendimento pela Fundação Nacional da Saúde (FUNASA).

Na comunidade do Acuípe do Meio, reunidos em uma assembleia, de forma democrática o resultado da eleição para Cacique do povo Tupinambá, os nomes mais votados foram de Maria Valdelice (Jamopoty) e Eloísio, a eleita a primeira cacica do povo Tupinambá foi Valdelice. Na eleição para compor a equipe de saúde, foi eleito pela comunidade para ser agente de saúde, o Edicarlos e a sobrinha da Pedrisia, Noemisia. Tudo se encaminhava na organização social dos índios de Olivença, mas faltava o primordial a identidade étnica, o nome do povo. Em janeiro do ano de 2000, uma grande reunião aconteceu na comunidade de Águas de Olivença, com mais ou menos 305 pessoas, presidida por Núbia Batista, para que os parentes dissessem qual era o povo.

Em uma grande roda, seu Manoel se levanta e pega o cajado, vai no centro da roda, e bate esse cajado firme, e diz: Meu pai disse, meu avô disse, que eu sou Tupinambá, essa terra é Tupinambá, eu sou Tupinambá. Ele batia esse cajado o chão chega tremia e assim as pernas, os braços dele. Todo mundo se olhou, olhou para ele, aí nós falamos, nós somos Tupinambá, aí nós somos Tupinambá. a partir daí em janeiro de 2000 foi o nome forte que nos firmou enquanto povos originários da Bahia. (Depoente Núbia Batista, 2021).

Nesse mesmo ano aconteceu o segundo Encontro de preparação da Conferência dos Povos Indígenas do Brasil. Numa comitiva de 45 indígenas Tupinambá, participaram desse evento, levando suas reivindicações, com faixa com frases, “Somos Tupinambá, essa terra é nossa”, e com uma carta produzida pela comunidade. Segue abaixo a carta:

Carta da comunidade Indígena Tupinambá de Olivença à sociedade Brasileira

Nós, representantes legítimos da comunidade indígena Tupinambá de Olivença queremos falar, cantar, dançar, celebrar a vida em memória dos nossos antepassados e da resistência de cada um e cada uma de hoje. Estamos vivendo graças à sabedoria e coragem de nossos pais, que, para garantir a sobrevivência, foram entrando mata adentro e com “dor de parto” negaram-se a si mesmos para sobreviver a tão cruel e sangrenta civilização vinda da Europa com o intuito de colonizar e, hoje, transformar o paraíso litorâneo de Olivença em área de lazer para os turistas.

Como as praias representavam pouca área, ocuparam as terras de nossos pais, construindo grandes fazendas, tendo o índio como povo Tupinambá de Olivença, por isso é que exigimos:

1. Demarcação de nossas terras e condições de trabalho;
2. Condições de viver dignamente em nossa aldeia, vivendo de uma agricultura sustentável,
3. com direito à pesca e à caça;
4. Educação diferenciada para nossos filhos e filhas, para que o analfabetismo faça parte do passado, no resgate de nossa cultura;

5. Postos de saúde (com atendimento médico diferenciado e preventivo);
6. Consertos das estradas;
7. Transporte suficiente e de qualidade;
8. Energia elétrica;
9. Posto telefônico;
10. Serviços de correio com acesso eficiente;
11. Construção e restauração de casas;
12. Açudes para criação de peixes;
13. Proibição da destruição das florestas em terras indígenas;
14. Proibição da poluição dos rios pelos fazendeiros;
15. Proibição das invasões das terras;
16. Acabar com a violência contra os povos indígenas.

Exigimos o direito de resgate da nossa cultura e o reconhecimento étnico geográfico. Que a FUNAI cumpra com seu papel de auxiliar nessa luta.

Exigimos que nosso país, através, de seus governantes, nos seus 500 anos de colonização, assine com a caneta da alma e das letras a DEMARCAÇÃO de nossas terras como o de todos os outros parentes deste país, reescreva de forma digna e orgulhosa a história de um país civilizado.

O reconhecimento já dos índios Tupinambá de Olivença mostra que a sociedade brasileira compreende e assume sua história de luta e resistência, iniciando assim o resgate do legado dos primeiros habitantes do Brasil e entre num novo século de restauração.

Olivença/Ilhéus, 31 de janeiro de 2000.

(Memória viva Tupinambá, 2007).

Desde 2000 o movimento Tupinambá vem se intensificando cada vez mais na luta pela sua afirmação étnica e pelo seu território. É importante mencionar também que este movimento se fortalece num período caracterizado por diferentes mudanças políticas e jurídicas relativas aos povos indígenas no nível internacional. Como mencionado por Stephen Baines,

As recentes transformações políticas no cenário internacional das relações entre, de um lado, os povos indígenas e, do outro, o Estado e a sociedade civil têm acontecido com certa rapidez no Brasil, sobretudo a partir da Constituição de 1988, com um processo crescente de concessão de poder aos povos indígenas. Além das mudanças na Constituição brasileira de 1988, o governo brasileiro reconhece a legislação internacional, como a Convenção n.º 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, aprovada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 7 de junho de 1989 e ratificada em 2002 pelo governo brasileiro, depois de tramitar por 11 anos no Congresso Nacional (Baines, 2017: 36).

O reconhecimento oficial enquanto Povo pelo governo brasileiro se deu somente em 13 de maio de 2002, através de laudo antropológico feito pela FUNAI (FUNAI, 2002).

Essa situação de lentidão no processo de reconhecimento de direitos originários torna-se mais expressiva quando sabemos que o estudo de identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Tupinambá ocorreu apenas no período de 2004 a 2006.

O Relatório Final Circunstanciado de Identificação da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença foi concluído em 2008 (FUNAI, 2008) e somente em 20 de abril de 2009 foi publicado no Diário Oficial da União (FUNAI, 20/04 de abril de 2009). Para acentuar este quadro de morosidade e negação de direitos, após ter percorrido todos os caminhos processuais, jurídicos e políticos por mais de 10 anos, o Relatório Demarcatório ainda não foi homologado pelo Ministério da Justiça nem pelo governo federal.

Mesmo após o reconhecimento étnico do povo Tupinambá, os ataques e as ameaças continuaram. Os fazendeiros, os grandes empresários e os pistoleiros, continuam criando conflitos para impedir a luta pela demarcação do território. Como forma de buscar o direito de demarcação do território Tupinambá, que é garantido pela Constituição Federal de 1988, nos artigos 231 e 232, o movimento do povo Tupinambá inicia em 2000 a retomada do seu território.

Pela negligência do próprio governo em não cumprir a lei, as violências e as ameaças só aumentam, porque os não-indígenas são contra a demarcação do Território Tupinambá de Olivença e, com as autoridades regionais, os indígenas passam por vários processos de reintegrações de terras e de criminalização das lideranças. As lideranças caciques começam a sofrer ameaças de morte e tentativas de assassinatos. Como o caso da liderança Seu Pinduca que foi assassinado na sua roça por homens de motos e armados e até os dias de hoje não se fez justiça.

Esse processo de retomadas de terras do povo Tupinambá, de modo sucinto, pode ser definido como ações de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas que se encontravam em posse de não indígenas (Alarcon, 2013).

Na luta pela demarcação de seu território, com as retomadas da terra, terra essa que os indígenas têm enquanto originária do povo Tupinambá, iniciaram-se vários processos de reintegração de posse, expedida pelo poder judiciário local da região. Nos depoimentos abaixo podemos trazer à reflexão o motivo pelo qual os indígenas têm lutado pela demarcação do seu território. Além da concepção que é seu direito, a correlação do território como a subsistência do ser étnico, da cultura, da tradição, dos saberes é bem presente na visão do Tupinambá.

Consegui construir minha casinha, crio os meus filhos na cultura e tradição do meu povo, tenho meu roçado no fundo da minha casa, a mandioca, aipim, abacate, manga, goiaba, banana, plantas de cura, entre outros. Plantei e agora que comecei a colher querem nos tirar da nossa terra, terra que é nossa que os nossos vem lutando a mais de 521 anos, a terra é nossa por direito. (Depoente Renivaldo José dos Santos, nome étnico Akauã, 2021).

O povo Tupinambá precisa da demarcação, nesse chão foram plantados sonhos, saberes e a cultura de um povo guerreiro e forte, não aceitamos sair da nossa terra, não aceitamos a reintegração de posse, é desumano em um contexto pandêmico que estamos vivendo, que tivemos percas, além das várias adversidades que passamos ter uma reintegração de posse. (Depoente Maria Cristiane dos Santos, nome étnico Amanary Tupinambá, 2021).

O povo Tupinambá sofreu diversas violências dentro do seu território nesse contexto de luta do povo pela demarcação. Destaco um episódio que ocorreu no ano de 2012, quando fazendeiros colocaram pistoleiros para matar os indígenas, ameaçaram tocar fogo nos ônibus escolares e agrediram indígenas que estivessem com pintura corporal e seus adornos. Foram tão violentos os ataques que a polícia federal não foi suficiente para manter a paz, foi acionada a força nacional do exército brasileiro. Na época, o exército, ao invés de cessar os conflitos, se tornou mais um vetor para oprimir e violentar os Tupinambá. Atacam as comunidades com gás lacrimogêneo, balas de borracha e agrediram indígenas. Foram momentos de muita tensão em todo o território do povo Tupinambá de Olivença.

As tentativas de tornar a luta pela demarcação do TI Tupinambá em uma luta não legítima, tanto por parte dos fazendeiros, dos empresários, da milícia quanto das autoridades judiciais da região sul da Bahia, são muitas, mas a criminalização das lideranças é a mais corriqueira, usada como arma contra a demarcação. Em 2016, por exemplo, com a mobilização dos Tupinambá contra as mineradoras, areais clandestinos dentro do seu território, o cacique Babau da comunidade Serra do Padeiro foi apreendido na estrada da Sapucaieira quando retornava para a sua comunidade. A milícia implantou arma e droga para criminalizá-lo.

Esse é um caso entre muitos que acontece com as lideranças que lutam pelos seus direitos: lideranças Tupinambá, de outros povos indígenas do Brasil e do continente sul-americano (Baines, 2021). Até os dias atuais, o povo Tupinambá continua na luta pela demarcação do seu território, a resistência pela sua etnicidade e os seus direitos enquanto cidadãos e indígenas, como analisaremos no capítulo seguinte, essa luta tem como um

dos vetores principais a educação, vetor fundamental na produção “de um tipo de pessoa forte” (Cohn et Jesus de Santana, 2018) e, portanto, do processo de afirmação étnica do povo Tupinambá.

CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO ENQUANTO VETOR PRINCIPAL NA AFIRMAÇÃO ÉTNICA E DEMARCAÇÃO DO POVO TUPINAMBÁ

O movimento dos Tupinambá se consolidou através da luta pela Educação Escolar Indígena (Tupinambá Juliana, 2020). Foi na década de 90 que Dona Nivalda Amotara (in memorian) com a pastoral das crianças, a qual dava assistência nas comunidades do território, começou a falar de “índio”. Isso se deu pelo fato dos “caboclos”, mais dentro do território, como por exemplo, na comunidade de Sapucaieira, terem o fenótipo que a sociedade nacional diz ser do “índio”.

Nessa mesma época, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) fez visitas ao território e acompanhou todo o trabalho de Dona Nivalda, a qual plantou a semente para o despertar Tupinambá. Lideranças como a Cacica Valdelice, a primeira líder do povo Tupinambá, a Tupinambá Núbia Batista, Pedrísia e Seu Pedro Braz (in memorian), entre outros, foram fundamentais nesse processo. Foi por meio da educação que o povo Tupinambá conquistou o seu reconhecimento étnico.

Dona Nivalda junto com Núbia Batista, a qual era presidenta da Executiva do Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira (CAPOREC), iniciaram um trabalho dentro das comunidades Tupinambá de Olivença, na luta por uma educação. Como Dona Nivalda fazia o trabalho na pastoral das crianças, vendo o trabalho da Núbia, pede para que Pedrísia possa cursar o curso de alfabetizadora, inicia assim o ingresso de uma primeira indígena Tupinambá no curso para alfabetizadores.

Pedrísia dava aula para as crianças da comunidade de Sapucaieira, as quais também eram acompanhadas pela pastoral da criança. A Pedrísia como formanda do curso, inicia a alfabetização de jovens e adultos na comunidade de Sapucaieira a noite. Ela só tinha até o 4º ano do ensino fundamental, isso se dava por conta que não havia unidade escolar com outras modalidades dentro da comunidade, porque além da geografia do território, as condições das estradas eram de difícil acesso.

Assim como ela, outros parentes não conseguiam avançar os estudos porque na aldeia não ofertava as outras séries além do 4º ano do fundamental, séries multisseriadas. Depois que ela participou da formação, ela abriu as portas para que outros parentes pudessem ser convidados a participarem da formação do CAPOREC, esse coletivo de professores começa assim a iniciar as reivindicações por uma educação escolar dentro das comunidades, do TI Tupinambá.

Com isso, a atuação destes professores começa a ser frequente nos encontros e reuniões que tinha como pauta a saúde indígena, educação escolar indígena, território, demarcação de terras junto aos povos indígenas do Sul e Extremo sul da Bahia, Pataxó e Pataxó Hãhãhãe. A partir de então começa a organização do povo Tupinambá na luta pela educação, saúde, afirmação étnica e demarcação do seu território.

A luta por uma educação desencadeia o levante de um povo que já tinha sido dado como extinto pela historiografia brasileira. Tendo como resultado o reconhecimento étnico, o direito pela demarcação de suas terras, direito acesso à saúde indígena e uma educação escolar indígena Tupinambá. “É na escola e através dela que os Tupinambá atualizam relações, parentesco, aprendizados, produzem cultura, tornam-se fortes, constroem sentimento de pertença e de luta pelo território” (Cohn e Jesus de Santana, 2018: 266). Foi no ano de 2006, que o povo Tupinambá tem a sua primeira unidade escolar construída e reconhecida pelo ministério de Educação-MEC, a Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (E.E.I.T.O). Hoje, o Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (CEITO) é considerado um patrimônio do povo Tupinambá.

Atualmente o povo Tupinambá tem cinco escolas estaduais indígenas e vários núcleos e anexos destas distribuídas em seu território: O Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (CEITO), criada em 2006 e localizada na comunidade de Sapucaieira, atende os seis Núcleos nas comunidades de Serra Negra, Serra das Trempes, Tucum, Acuípe de Cima, Jairy e Mamão. O Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Acuípe de Baixo (CEITAB), criada em 2015 e localizada na comunidade do mesmo nome, com dois Núcleos de Acuípe de Baixo II e Acuípe do Meio II.

A Escola Estadual Indígena Tupinambá do Abaeté (EEITAB), criada em 2017 e localizada na comunidade do Santana, sem núcleos ou anexos. A Escola Estadual Indígena Tupinambá Amotara (EEITA), criada em 2017 e localizada na comunidade Itapuã, atende os anexos do Acuípe do Meio, Curumins no Acuípe de Cima II, o núcleo da Oka Katuana em Olivença e o núcleo da aldeia Tamandaré.

O Colégio Estadual Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro (CEITSP), criada em 2005 e localizada na comunidade com o mesmo nome, sem núcleos ou anexos. E ainda, atendendo a demanda da comunidade as duas creches municipais, criadas em 2018 pelo município de Ilhéus. A Creche Municipal Indígena Tupinambá Oka Katuana na comunidade de Olivença e a Creche Indígena Tupinambá Amotara na comunidade Itapuã.

A luta pela educação além de ter contribuído para a organização do movimento de luta do povo Tupinambá, é a responsável por todas as suas conquistas ao longo dessas

três décadas. E para o Tupinambá as unidades escolares dentro das comunidades além de promover uma educação escolar indígena diferenciada, específica, comunitária, que nas suas práticas fortalece a identidade Tupinambá, é a forma da garantia de permanência em seu território e demarcação das suas terras.

2.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TUPINAMBÁ ENQUANTO FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE TUPINAMBÁ

Antes de elucidar sobre as práticas pedagógicas da educação escolar indígena Tupinambá, não poderia deixar de discorrer um pouco sobre o que é a educação escolar indígena e a educação indígena. A educação escolar indígena vem através da luta do movimento indígena, da não aceitação da escolarização contemporânea que durante muito tempo chegou às aldeias indígenas com um modelo escolar civilizatório. Essa escolarização que se iniciou no período colonial tinha como intuito iniciar um processo de destruição da língua, cultura, tradição dos povos indígenas do Brasil, pelo fato de pensar que o saber e conhecimento do indígena era inferior a civilização invasora do território originário dos povos tradicionais.

Se a educação escolar voltada para os povos indígenas é antiga, secular, a discussão sobre sua adequação às realidades indígenas toma forma a partir da década de 1970, quando especialistas em diversas áreas, especialmente antropólogos, linguistas e pedagogos, começam a assessorar na construção de projetos escolares alternativos em algumas escolas indígenas e os movimentos indígenas passam a reivindicar, mais amplamente, o reconhecimento de seus direitos, inclusive o de uma educação formal de qualidade (Cohn, 2005).

A submissão política das populações nativas, a invasão de suas áreas tradicionais, a pilhagem e a destruição de suas riquezas etc., têm sido, desde o século XVI, o resultado de práticas que sempre souberam aliar métodos de controle político a algum tipo de atividade escolar civilizatória (Santana, 2015: 51 apud Silva e Azevedo, 1998: 149). Foi a partir da Constituição Federal em 1988 um marco para os povos indígenas, que foram aprovados artigos importantes, precisamente 231 e 232, que a possibilidade de uma educação escolar indígena diferenciada, específica, bilíngue e intercultural se torna um direito em um país que sempre a viu como dominação.

Desde muito antes da introdução da escola, os povos indígenas vêm elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamento e modos próprios de

produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural. Vejamos o que diz o Projeto Político Pedagógico (PPP/Katuana, 2016) da unidade escolar Oka Katuana:

pensar a escola a partir das concepções indígenas do mundo e do homem e das formas de organização social, política cultural, econômica e religiosa desses povos. Todas as sociedades indígenas dispõem de seus próprios processos de socialização e de formação das pessoas, mobilizando agentes para fins educacionais. Os momentos e atividades de ensino-aprendizagem combinam espaços e momentos formais e informais, com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido, como, quando e por quem. A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado (PPP/Katuana, 2016, s.n.)

A escola indígena Tupinambá é um espaço de construção de uma educação intercultural específica e diferenciada que valoriza a cultura, a língua, e os conhecimentos que o nosso povo tem. Ela possui nossas próprias concepções sobre o que deve ser aprendido, como, quando e por quem. A nossa escola indígena tem conhecimentos que são incompatíveis com os conhecimentos da escola contemporânea não indígena. Isso se assegura bem quando lemos no Referencial Curricular Nacional de Educação Indígena (RCNEI) que:

(...) a escola tem sido assumida progressivamente pelos índios em seu movimento pela autodeterminação. E um dos lugares onde a relação entre os conhecimentos próprios e os conhecimentos das demais culturas deve se articular, constituindo uma possibilidade de informação e divulgação para a sociedade nacional de saberes e valores importantes até então desconhecidos destas (BRASIL, RCNEI, 1998: 24).

As práticas pedagógicas desenvolvidas em nossas escolas possuem caráter de fortalecimento cultural, reforçando valores e identidades próprias de nosso povo originário. Por sua vez essas práticas diferenciadas além de passar o aprendizado da educação indígena que é aprendida no seio da aldeia, e a educação do não índio, tem como priori fortalecer e valorizar a cultura e tradição dos povos indígenas. Podemos verificar isso, quando Paulo Freire fala que “cultura é todo resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador de homens e mulheres, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com outros seres humanos” (Freire, 1980: 38).

Para tal concepção irei relatar aqui um pouco das práticas pedagógicas que desenvolvo enquanto educadora indígena, tentando elucidar o quanto a educação escolar

indígena com os seus princípios: específico, bilíngue, intercultural e comunitário, se faz presente no fortalecimento dos saberes tradicionais indígenas do povo Tupinambá de Olivença.

As práticas pedagógicas podem ser percebidas como instrumentos didáticos metodológicos capazes de auxiliar no processo de ensino aprendizagem. No contexto da educação escolar indígena, possuem o mesmo papel e são elementos primordiais no processo de aprendizagem. As práticas pedagógicas desenvolvidas nessa modalidade, além de aprimorar conhecimentos e facilitar a compreensão de conteúdos sistematizados, são eficazes para a garantia de permanências culturais e transmissão de traços identitários dos povos originários.

Cabe-nos nesse momento delimitar o povo indígena Tupinambá e as práticas por essas desenvolvidas, trazendo a luz do debate uma discussão sobre o conceito da especificidade, haja vista, a educação escolar indígena traz enquanto um dos seus princípios a questão de uma educação específica, visto que os povos são diversos e suas apropriações culturais também.

[...] A chegada da educação infantil no ambiente escolar para os Tupinambá não alterou a base tradicional da rotina diária das crianças, pois a formação ofertada na Creche Oka Katuana encontra-se inserida no contexto de uma educação comunitária e tradicional. As atividades didático-pedagógicas da educação infantil Tupinambá são elaboradas de forma que as crianças percebam uma interação entre o aprendizado realizado no seio da sua família e comunidade e a formação no ambiente escolar, institucionalizada, ministrada pelos próprios parentes (Santos, 2014: 32)

As atividades pedagógicas pontuadas, são de cunho multicultural, abordando conteúdos destinados a crianças da Educação Infantil e Fundamental 1, onde permitirá a observação das relações sociais estabelecidas entre os educandos indígenas ainda nos primeiros momentos da vida escolar e a valorização dos elementos que cercam a infância nas aldeias Tupinambá. As práticas estão diretamente relacionadas a agricultura, a musicalidade, a língua indígena, saberes tradicionais, corporeidade e movimento indígena, cada uma elencada abaixo, através de descrição de atividades desenvolvidas no espaço educacional Oka Katuana.



Imagem 4: Dança-ritual poranci. (Arquivo pessoal, 2019)

A foto acima mostra as crianças junto com as educadoras no poranci, dança-ritual, é o momento de socializar os cantos Tupinambá, e é praticado todas as segundas-feiras e sextas-feiras dos dias das semanas. O poranci é uma manifestação cultural pois é uma dança do povo Tupinambá onde buscam fortalecer a sua identidade, a sua cultura.

Todas as práticas pedagógicas transmitem o conhecimento tradicional do povo, dando a importância de falar como por exemplo sobre as manifestações culturais do povo Tupinambá, como a puxada do mastro. Os alunos foram levados para visitar a Associação dos Machadeiros de Olivença e, nesse espaço, foi relatado sobre puxada do mastro e foram apresentados vídeos e fotos da festa, onde se pode perceber como os alunos participam e têm propriedade de cada processo da puxada do mastro.

Explorar a literatura é uma atividade pedagógica importante, como por exemplo, com o livro “Anciãos Tupinambá de Olivença: Em contos e Encontros”, que tem um texto com o relato onde o ancião Seu Domingão descreve sobre a mula-de-palha. Em roda de conversa, recontamos a história e construímos a mula-de-palha incentivando a criação e imaginação das crianças. Outro exemplo é o reconto da lenda “boi estrela” e a construção do mesmo. Também aconteceu uma visita para uma conversa informal com uma anciã da comunidade sobre a manifestação do folguedo. Essa conversa foi muito rica, com a música e a dança do boi estrela que sai às ruas da comunidade na festa da puxada do mastro. Ainda explorando o livro, “Anciãos Tupinambá de Olivença: Em contos e Encontros” foi contada a história da “bola de fogo” em roda de conversa e, em seguida,

fizemos a produção de ilustração coletiva da “bola de fogo”. Teve também uma visita na casa de seu Israel e dona Nete um ancião da aldeia para o relato da história “bola de fogo”.



Imagem 5: Explorando as narrativas do Livro “Anciãos Tupinambá de Olivença: Em contos e Encontros”. (Arquivo pessoal, 2019)



Imagem 6: Contação e ilustração coletiva do conto Tupinambá “Bola de Fogo”. (Arquivo pessoal, 2019)



Imagem 7: Visita na casa do ancião Tupinambá, Seu Israel. (Arquivo pessoal, 2019)

Reconto do livro “Anciãos Tupinambá de Olivença: Em contos e Encontros” sobre a caipora e, após o momento coletivo com os educadores Tupinambá socializando as suas histórias sobre a caipora, teve confecção do símbolo da caipora (a flor vermelha

da mata). Por fim, foi feito com os alunos a confecção de cata-ventos aproveitando o dia do vento, onde o objetivo era que as crianças levassem e compartilhassem os contos e causos do povo Tupinambá.



Imagem 8: Socialização dos educadores sobre a caipora. (Arquivo pessoal, 2019)

Essas práticas foram assim descritas pelo doutor Gersem Baniwa:

[...] os pais e os avós são os responsáveis por transmitir aos seus filhos e netos, desde a mais tenra idade, a sabedoria aprendida de seus ancestrais. Assim, as crianças desde cedo vão aprendendo a assumir desafios e responsabilidades que lhes permitam inserir-se na vida social e o fazem principalmente, por meio da observação, da experiência, empírica e da autorreflexão proporcionadas por mitos, histórias, festas, cerimônias e rituais realizados para tal fim [...] (Luciano Baniwa, 2006: 130).

Com o setembro indígena iniciando as atividades no seminário na aldeia Igalha os alunos participaram do poranci, do momento de troca de saberes, pintura corporal, oficina de artesanatos durante dois dias, na escola foi feita uma conversa informal sobre o seminário vivências e saberes Tupinambá, assistiram o documentário o “Sal Tupinambá”

explorando o habitat do mangue, a sustentabilidade, e a cultura Tupinambá de ir para andada do caranguejo envolvendo todas as comunidades.

Foram trabalhados os elementos da natureza, apresentação e significado, foi passado o filme curto “Raízes do Brasil”, confecção das bandeirinhas com as cores do Brasil. Construção de maquete para reproduzir a casa de taipa utilizando argila, fibra do coco, gravetos, explorando a palavra oka origem na língua tupinambá, vogais, letra inicial e final, quantidade de letras. Visita na casa de taipa trabalhando sobre o barro para observar o tipo de moradia e comparar o processo do barro em dois estágios na casa de taipa (cru) e casa de bloco (levado ao fogo) conscientizando os valores de cada lar.

Foi trabalhado o livro “Poeminhas da Terra” e um texto do livro chamado “Tomando sol” mostrando os tipos de animais, que tem no Território Tupinambá, origens dos nomes, trabalhando os sons dos animais, corpo movimento, e cantigas de roda. O texto comilança “tipos de alimentos da nossa terra” trabalhando os derivados do milho e da mandioca que estão nos seus cotidianos. Foi feita roda de conversa para falar do pé de jenipapo e suas propriedades, a importância para o fortalecimento da cultura, as potencialidades de cura e a culinária.

Também foi realizado visita para conhecer o pé de jenipapo e seu ambiente, colher os frutos verdes e maduros e as folhas, contagem e quantidade, textura, forma dos frutos e das folhas, montagem do pé de jenipapo em cartaz utilizando as folhas catadas. Observação do processo de extração da tinta do jenipapo verde pelos alunos do fundamental I, trabalhar a memória do momento e registro por ilustração, pintura corporal tupinambá relacionando as formas geométricas, reprodução das pinturas corporais tupinambá no corpo um dos outros, utilizando a argila, momento dos alunos do fundamental I pintar os alunos da Educação Infantil com a tinta do jenipapo.

Foram exploradas curiosidades do pé de jenipapo, para que serve na saúde e na culinária, foi trabalhado receita e feito pelos alunos “rabo de macaco” com o jenipapo maduro. Os alunos foram levados para o espaço do centro cultural de Olivença onde tiveram um momento com indígenas da comunidade de Olivença falando sobre as pinturas corporais tupinambá e o seu significado e o quão é imprescindível para o fortalecimento da identidade e da cultura do povo Tupinambá.



Imagem 9: Extração da tinta do jenipapo pelos alunos. (Arquivo pessoal, 2017)



Imagem 10: Pintura corporal com a argila. (Arquivo pessoal, 2018)

Foi realizado o poranci com todo o corpo docente, preparação para 19ª caminhada indígena do povo Tupinambá, tiveram momentos de rodas de conversas para falar sobre o porquê e para que o povo Tupinambá caminha até o rio Cururupe, contado a história da batalha dos nadadores, ilustração de vídeos e fotos desse momento do povo Tupinambá. Através das fotos os alunos identificaram e conheceram figuras importantes na luta pelo território Tupinambá, produção de cartaz feito pelos alunos ilustrando a história da batalha dos nadadores, trabalhando o significado em tupi da palavra Cururupe, vogais, letra inicial e final, quantidade de letras na palavra.

Teve, também, participação dos alunos no Seminário Resistência e História do Povo Tupinambá promovido pelos próprios educadores tupinambás da creche e Oka Katuana junto com o CRAS de Olivença, com a presença dos caciques, lideranças, comunidade indígena e comunidade de Olivença, presença das escolas locais. Momento de confecção de adereços Tupinambá com os alunos, trabalhando os entoantes do povo Tupinambá todos os dias. Participação na 19ª Caminhada do Povo Tupinambá acompanhados pelos pais.

Poranci, roda de conversa para falar a importância do brincar, contação de história da peteca e confecção da peteca pelas crianças, momento do brincar junto com os colegas com a peteca. Saída para a aldeia Igalha onde foi falado sobre os Jogos Indígenas Estudantis Tupinambá (JIET), suas modalidades, e sua importância, os alunos puderam aprender as regras e praticar a corrida de maraká, luta com maraká, cabo de força, luta corporal, uma das modalidades do JIET.

Visita na aldeia tucum, passeio com brincadeiras, diversões e piquenique, socialização com as outras crianças da aldeia, visita na aldeia Jairy socialização com os alunos do núcleo taba Jairy - do colégio estadual indígena tupinambá de Olivença, jogos e brincadeiras, banho de rio. Foi realizada uma gincana cultural explorando os saberes e vivências Tupinambá nos dois turnos com todo o corpo escolar, e teve uma culminância para as crianças com apresentações e interpretações de histórias musicais pelos próprios educadores Tupinambá envolvendo as crianças, brincadeiras e muita diversão.



Imagem 11: Jogos e brincadeiras Tupinambá. (Arquivo pessoal, 2019)



Imagem 12: Brincadeira da peteca. (Arquivo pessoal, 2019)

Poranci, roda de conversa para falar sobre o maraká, sua história e importância para os povos indígenas, trabalhando a musicalidade, sons e ritmos através do maraká, músicas Tupinambá que retratam sobre o maraká, pintura e colagem no desenho do maraká, saída para catar semente, trabalhou quantidade e contagem das sementes, confecção do maraká através de garrafa pets pequenas, sementes, e tinta, contagem dos marakas produzidos, conjunto, tamanhos, foi trabalhado a palavra maraká vogais, letra inicial e final, quantidade de letras, visita na casa do ancião senhor Israel da comunidade de Olivença para contar sobre a história do maraká.

Poranci, visita na aldeia Igalha na casa de Dona Genilda onde foi feito uma roda de conversa para falar sobre a importância das ervas medicinais, mostrar algumas que tem no território tupinambá e a sua utilidade. Foram trabalhados os tamanhos, textura, forma das folhas das ervas, foram preparados alguns chás onde trabalhou os sentidos o paladar,

e olfato. Com os relatos das crianças o que mais eles utilizam em casa é a erva cidreira, sendo destacado, foi trabalhado a palavra cidreira, suas vogais, letra inicial e final, quantidade de letras, a sua utilidade, a receita do chá de cidreira e degustação. Os alunos participaram na plantação de mudas de algumas ervas medicinais no quintal da escola junto com os alunos do fundamental I, onde o plantio ganhou o nome de farmácia viva.



Imagem 13: Farmácia viva na escola. (Arquivo pessoal, 2017)

As práticas pedagógicas acima elencadas e debatidas podem ser assim consideradas elementos preponderantes no processo educacional. Desenvolver uma observação sistematizada a partir dessas instrumentações nos oportuniza concluir por hora, que as mesmas, além de desempenhar o seu papel pedagógico, servem de ancoragem para a aplicação dos princípios básicos da Educação Escolar Indígena.

Nessa perspectiva, percebemos que as práticas aplicadas na Oka Katuana estabelecem, no princípio da especificidade, relações com as ideias de identidade Tupinambá, e transcende sua função pedagógica ao garantir à educanda uma constante visita aos conhecimentos e saberes tradicionais, vivenciados no seu cotidiano e sistematizados pela sua escola.

Ao analisarmos os ritos praticados no espaço escolar, a exemplo do Poranci, o qual demonstra nessas práticas, a importância da musicalidade enquanto instrumento pedagógico capaz de dinamizar o processo de aprendizagem, como também torna-se preponderante para a inserção da língua indígena durante os primeiros anos de

alfabetização do educando, auxiliando ainda no processo de coordenação motora e física dos pequenos curumins e dessa forma aplicando em um sentido concreto a ideia de bilinguismo pontuadas no RCNEI.

Por fim, destacamos as visitas às aldeias e a participação nos jogos enquanto uma prática capaz de dar conta de elementos referentes ao ensino de indígenas, aplicando ideias de multiculturalismo e comunitarismo, haja vista, as ações desenvolvidas na Oka Katuana, sinalizam uma educação onde os envolvidos no universo escolar e consequentemente comunitário sejam responsáveis pelo aprendizado daquele ser indígena.

CAPÍTULO 4 – FESTEJOS, VIVÊNCIAS E EVENTOS TUPINAMBÁ: RESSIGNIFICAÇÃO E RESISTÊNCIA DO SER TUPINAMBÁ

4.1 FESTAS E TRADIÇÃO: SUSTENTABILIDADE IDENTITÁRIA

Neste capítulo não esgotarei o tema abordado, mas trago a reflexão que as práticas do povo Tupinambá, das festividades ao dia a dia, carregam seus símbolos culturais, sua religiosidade, garantindo assim uma sustentabilidade cultural e identitária desse povo. No seu trabalho com os Tupinambá da Serra do Padeiro, a pesquisadora Patrícia Navarro de Almeida Couto (2008), aborda a questão da religiosidade como elemento fundamental para a vida e a organização dos Tupinambá, pois através dela se consegue também força para enfrentar as dificuldades e problemas do mundo.

Mesmo após o contato com a coroa portuguesa e sendo forçados, há séculos, a vivência com os jesuítas e a igreja católica, o que veio a impor a desconfiguração étnica, este povo não deixou de praticar as suas tradições e a sua cultura. Trago aqui alguns dos principais espaços de encontro do povo Tupinambá que estimulam a construção da identidade e que perpassam, de geração em geração, a memória do povo e as práticas de resistência disseminando assim o fortalecimento da cultura e tradição Tupinambá. Destarte, a festa da Bandeira do Divino Espírito Santo e a Puxada do Mastro de São Sebastião, são grandes festejos realizados há várias gerações pelo povo Tupinambá de Olivença.

4.1.1 FESTA DA BANDEIRA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

A festa da Bandeira ou do Divino Espírito Santo acontece anualmente durante os 40 dias da Páscoa e encerra no dia de Pentecostes. Esse festejo para o povo Tupinambá é um ato sagrado para cumprir as promessas dos antigos. Dona Nivalda relatava que quando foi para a mostra do redescobrimento em São Paulo para visitar o Manto Sagrado junto com seu Aloísio Cunha. Quando olhou o Manto fechou os olhos e viu a Bandeira do Divino Espírito Santo.



Imagem 14: Registro de Dona Nivalda e Seu Aloíso na visita ao Manto Tupinambá (Foto: Flávio Florido-21.mai.2000/Folhapress)

Através deste relato podemos buscar nesse festejo símbolos que mostre essa ressignificação do manto Tupinambá. Os mais velhos relatam que o manto Tupinambá percorria por todo o território, assim também nesse festejo a bandeira do divino, em romaria, faz a delimitação do território Tupinambá.

O percurso que os romeiros seguem com a bandeira do divino é dividido em três trajetos, além da aldeia Mãe Olivença. São duas bandeiras: uma vai percorrer as ruas de Olivença, visitando as casas para que as pessoas façam suas promessas e recebam a benção, as pessoas beijam ou se enrolam na bandeira. A outra vai adentrar o território, caminhar na roça. A romaria dá início no Domingo de Páscoa, antes de saírem para a roça, vão receber a benção do padre na igreja de Nossa Senhora da Escada, e realizam um o ritual do poranci. O festeiro responsável do ano dá o café da manhã para os romeiros, para seguirem a romaria para a roça.

No primeiro trajeto, são visitadas as comunidades de Sapucaeira, Santana, Santaninha, Serra do Serrote, Serra das trempes e Serra do padeiro. No segundo, a bandeira percorre as comunidades de Campo de São Pedro, Curupitanga, Pixixica, Serra Negra, Cururutinga e ainda os limites do território da antiga sesmaria do Engenho de Santana, os distritos de Santo Antônio e Couto. Retoma na aldeia Pindoba na comunidade do Cururupe, passando na aldeia Tukum, na comunidade Parque de Olivença.

No terceiro, as visitas são nas comunidades do Mamão, Acuípe de Baixo, na aldeia Tupã, Águas de Olivença, na aldeia Itapoã, Jairy, Sirihya. Em todos esses trechos há, ao

longo do percurso, casas de apoio, onde acontecem as rezas, os cantos e para que os romeiros possam dormir e se alimentar.

Em todos esses trajetos da bandeira na roça, quando ela retorna para Olivença, a bandeira que ficou em Olivença percorrendo aos domingos da quaresma as casas dos moradores, vai ao seu encontro. Como minha avó D. Nete era romeira e festeira da festa da bandeira do divino, eu, minha irmã, meus primos, primas, tio e tia mais novos íamos sempre encontrar a bandeira que fazia o percurso da roça, nos dias de sábado da quaresma.

Recordo que muitas vezes, a bandeira que estava vindo da roça estava muito longe da comunidade de Olivença, andávamos bastante até encontrar a bandeira. Quando encontrávamos e ajudávamos a trazer as mochilas, as coisas que os romeiros ganhavam dos parentes como fruta, farinha, raízes, entre outros. Nessa romaria ao som do tambor, bumbo e caixa, e muito rezado, a bandeira percorria todo o território. Além de levar a benção, era um chamado para que todos os indígenas Tupinambá, se encontrassem na Aldeia Mãe Olivença para o festejo.

4.1.2 A PUXADA DO MASTRO ENQUANTO RITUAL DE CURA E TRADIÇÃO DO POVO TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

É sabido que com a chegada dos jesuítas no território Tupinambá, este povo foi proibido de praticar seus ritos e tradições, de falar a sua língua, no processo de catequização. Abordaremos aqui, a mística Tupinambá da corrida de tora à festa da puxada do mastro, na tentativa de mostrar a resistência e a ressignificação da cultura e tradição do povo Tupinambá.

Antes do contato com o pindorama o povo Tupinambá vivia com suas práticas ritualística como o ritual de preparação para se tornar guerreiro, tinha a prática da corrida de toro, antes da corrida tinha o ritual com os cantos buscando a força dos encantados, e no processo os guerreiros que fossem correr, bebiam a bebida tradicional do povo, a giroba. A giroba é uma bebida feita através da fermentação da mandioca.

Iniciando a corrida, o guerreiro que chegasse primeiro com o toro maior no centro da aldeia se tornaria o guerreiro forte da aldeia, trazendo assim a proteção para a aldeia. Buscando preservar as suas práticas ritualísticas, o ritual da corrida de toro sofreu por uma ressignificação, durante os festejos da Puxada do Mastro de São Sebastião, o santo católico, festa essa para o povo Tupinambá um ritual contra as pestes e a guerra, tendo o

santo enquanto a figura de um “encantado”, são escolhidos dois mastros, o maior puxado pelos adultos e o menor chamado mastaréu puxado pelos jovens e crianças.

A festa da puxada do mastro também conhecida como a festa dos “Caboclos de Olivença”, durante todo o festejo após a derrubada do mastro, os devotos retiram a casca para atrair sorte. Alguns colocam na carteira, para fazer chá para curar enfermidades, a corda utilizada para puxar o mastro muitos utilizam durante o festejo como enfeite e para a proteção e óleo da cepa tem como potencialidades a cura do espírito e do corpo.

Por muitas décadas do século passado esta festa era iniciada no dia seis de janeiro em homenagem aos festejos dos Santos Reis, a Puxada do Mastro tinha como ponto de partida a escolha da árvore que seria derrubada e transformada em mastro. Neste dia, fogos de artifício eram disparados para avisar à população da estância que a árvore já tinha sido escolhida. No dia da escolha da árvore somente os machadeiros iam na mata se deslocavam até a Mata do Sirihyba ou a Mata do Ipanema, na comunidade do Gravatá,

Os machadeiros sempre foram formados por homens mais velhos e alguns jovens. Estes homens são os responsáveis pela escolha da árvore, processo de derrubada e levantamento do mastro. São esses mais velhos os responsáveis por passar a tradição de todo o processo do primeiro ritual da Puxada de Olivença para os poucos jovens que fazem parte desse grupo. Cabe ainda lembrar que esses jovens, em sua maioria, são filhos desses machadeiros mais velhos.

Aqui será feito um relato etnográfico da festa da puxada do mastro do ano de 2021 em contexto pandêmico para elucidar além da mística Tupinambá, a devoção pela tradição tendo como ritual de cura. Nesse ano de 2021, o mundo assim como o povo Tupinambá estava enfrentando um contexto pandêmico, uma luta contra um vírus chamado covid 19 que estava matando pessoas no mundo todo.

Já se aproximava o período da festa, a região estava com um alto nível de contágio, e a única maneira que a Organização Mundial da Saúde (OMS) orientava para combater o vírus era a utilização de álcool em gel, máscara e higienização das mãos. Até o momento não tinha chegado na região a tão esperada vacina para combater a COVID-19.

A associação dos machadeiros solicitou uma reunião para discutir junto com os caciques e lideranças, e a comunidade Tupinambá se a festa seria realizada. Muitos preocupados com a contaminação da doença disseram que não haveria possibilidade de realizá-la, pois estaria arriscando a vida de muitos, aconteceram reuniões em plataformas virtuais umas duas vezes, mais como a internet não é acessível dentro de algumas

comunidades do TI Tupinambá, as reuniões não tiveram um coro, um grande número de participantes.

Quando chegou o mês de janeiro nada certo ainda para a realização da festa, a comunidade não tinha nenhum retorno a respeito de se aconteceria a festa. No dia 06 de janeiro, dia que acontece o ritual da escolha do mastro e o plantio de uma árvore, dia este pela igreja católica, dia de santos reis. Eu, minhas tias Maria Cristiane e Lusineide dos Santos, minha prima Ludimila Rodrigues, o amigo Erlon Costa e o Flávio Araújo, a pedido da minha avó D. Nete, fomos andando de Olivença até a mata de Ipanema para fazer esse ritual. Minha prima Ludimila estava doente, sofrendo com a depressão, minha vó pediu para fazermos os cantos e todo ritual para que Ludmila fosse curada.

Pensamos que só teríamos nós na mata, nem fomos na alvorada, tão cedo, mas para a nossa surpresa encontramos outros parentes também na mata. Foi lindo o momento, muito forte, depois que fizemos todo o ritual, voltamos pela praia, e ao longo do percurso fomos encontrando machadeiros, inclusive o filho mais velho de vovó D. Nete, meu tio Ronaldo José dos Santos, que relatou que já tinha ido na mata mais cedo.

Me lembro que falei para meu tio: “se não tiver a festa da puxada do mastro já fizemos nossa obrigação”. Ele disse: “sim minha filha, se não puxarmos o mastro já fizemos nossa parte”. Um ano atípico mesmo sem saber se íamos realizar o festejo ou não fomos fazer a testagem da COVID-19, os machadeiros e os associados da Associação dos Machadeiros, que é o meu caso, como mostra o registro abaixo, não teve nenhum caso positivo.



Imagem 15: Testagem de Covid 19. (Arquivo pessoal, 2021)

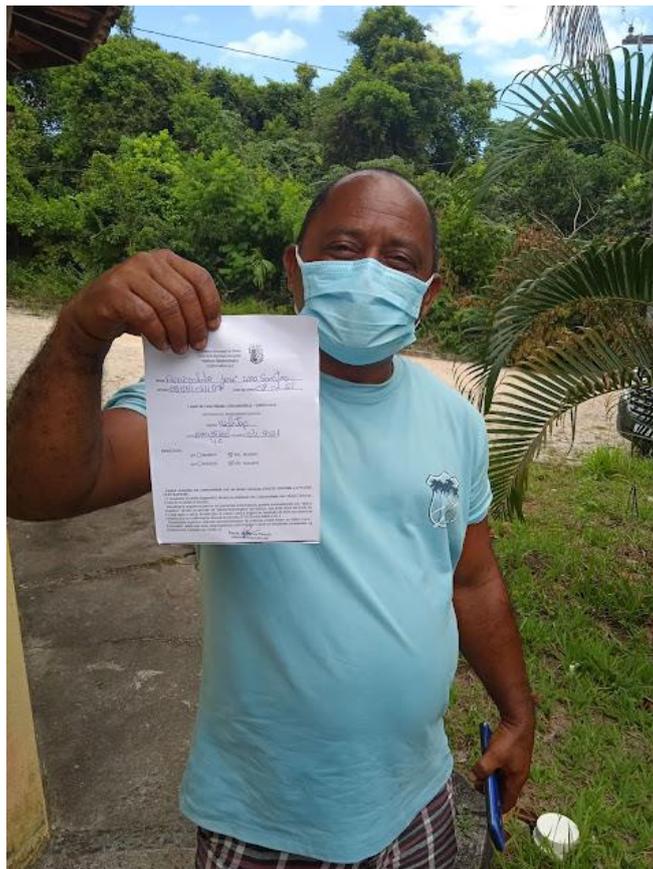


Imagem 16: Resultado de testagem da liderança Aruanã Tupinambá. (Arquivo pessoal, 08 de janeiro de 2021).

Todo o ritual antes de puxar o mastro foi realizado, os machadeiros foram à mata para escolher o mastro e plantar uma árvore. No dia seguinte, no segundo domingo do mês de janeiro fomos para a alvorada. A missa foi realizada, concentramo-nos na praça e foi decidido que íamos caminhar até a mata da Ipanema para fazer as rezas e pedi a São Sebastião a cura para a comunidade.

Seguimos, poucas pessoas, caminhando cantando o ajuê dão, e com sino do badalo, o padre Lúcio nos acompanhou. Chegando na mata foi dada a benção, feitas as rezas, os cantos Tupinambá, estavam presentes não só os machadeiros, o padre, e os associados, mas também os indígenas da comunidade de Águas de Olivença, da Itapoã, da aldeia mãe, da aldeia Igalha, da comunidade do Campo de São Pedro, Curupitanga, os indígenas das comunidades mais próximas.

Após todo o ritual ficou ali os caciques e lideranças, chamando a força do encantado para dar orientação se iria levar o mastro ou não, tiveram muitos parentes que estavam receosos por conta da pandemia, como se mostra na fala do machadeiro Ronaldo José dos Santos: “Eu participo do festejo por conta da minha família, minha mãe e meu

pai. Estou aqui esse ano mais não sei se vou levar o mastro, por conta dessa pandemia, se um de nós que estamos aqui, estiver contaminado, todos podemos adoecer, mas para o ano com força a São Sebastião e o nosso pai vamos poder levar o mastro”.

Mas foi acordado que levaria um mastaréu o mastro pequeno que nas festividades é conduzido pelos jovens e crianças. Segundo os caciques e lideranças seria um ato simbólico. Como pode se perceber na fala da Cacica Valdelice:

Eu sou cacique Valdelice do povo Tupinambá de Olivença, hoje nós estamos na mata, estamos reivindicando, porque na verdade o que nós vamos fazer hoje, tínhamos um momento com todo mundo, mas fizemos reunião com os caciques e entendeu que a gente íamos puxar esse mastro e levar até a praça, em homenagem primeiramente a Deus, que é que nos dar força, e sabedoria e depois a gente faz um ritual na praça de Olivença, e vamos deixar lá um símbolo verdadeiro, não aquele de mito mais aquele de história, que a nossa luta é história, e história tem que ser aproveitada quanto estamos vivos, depois somos um passado, que muita gente esquece desse passado. Agradecer a Deus por esse momento, esse momento aqui é importante pro povo, estamos em poucos mais não tem problema, mas estamos juntos é importante, a pandemia está aí, nós temos que se prevenir claro, que é um vírus que você não conhece, não sabem quem tem, mas nós estamos se prevenindo, pedindo forças a Tupã para a gente está aqui agora (Depoente Cacica Valdelice, 2021).

Inicia assim a derrubada do mastro, neste momento tem um episódio que vale a pena ser relatado: a recusa do padre em continuar no ritual, assim leva consigo o sino, o badalo, o qual em todos os anos estava presente em toda a festividade. Segundo Costa (2013), o sino do badalo é que informa à comunidade a arrecadação de donativos; os ensaios do terno; acompanha os mascarados; e dá o ritmo para a burrinha. O sino também acorda a comunidade para a missa dos machadeiros e informa para os devotos e parentes, bem como, aos espectadores do festejo, que o mastro está chegando.

O sino do badalo não se sabe a origem, carregado pelos machadeiros mais velhos, me recordo que desde muito nova ver o sino me remetia a Seu Everaldo Mendonça, pois ele que ao longo da minha mocidade o via sair nas ruas de Olivença, batendo o sino. Como eu participava dos ternos de reis, era uma camponesa, ficávamos esperando nas noites de sábado antes do dia da puxada do mastro, ouvi o som do sino para podermos apresentar na praça de Olivença para a comunidade e visitantes.

No ano de 2020 pela primeira vez na minha trajetória de vida, eu andei na rua batendo o sino junto com outros jovens vestidos de mascarados, para não deixar de praticar a tradição, a maioria eram mulheres, algo novo, pois os mascarados sempre eram

do sexo masculino. A derrubada do mastro com o som do “Ajuê dão” e pedidos através de uma machadada dadas pelos caciques e lideranças presentes, pedidos esses de fortalecimento e cura para o povo.

*Ajuê Dão, Ajuê Dão
Dão Puxa, puxa, leva, leva Pega o pau de São Sebastião
Ajuê Dão, Ajuê Dão Dão
Ajuê Dão Dão, virou E Ajuê Dão Dão Virá.*



Imagem 17: Liderança indígena Rosivaldo Pereira cortando o mastro (Arquivo pessoal, 2021)

Após a derrubada do mastro, chega o momento de retirar o mastro de dentro da mata, mulheres, homens, crianças e anciãos presentes começam a puxar a corda do mastro, assim começa a longa jornada para que o mastro chegue na praça de Olivença.

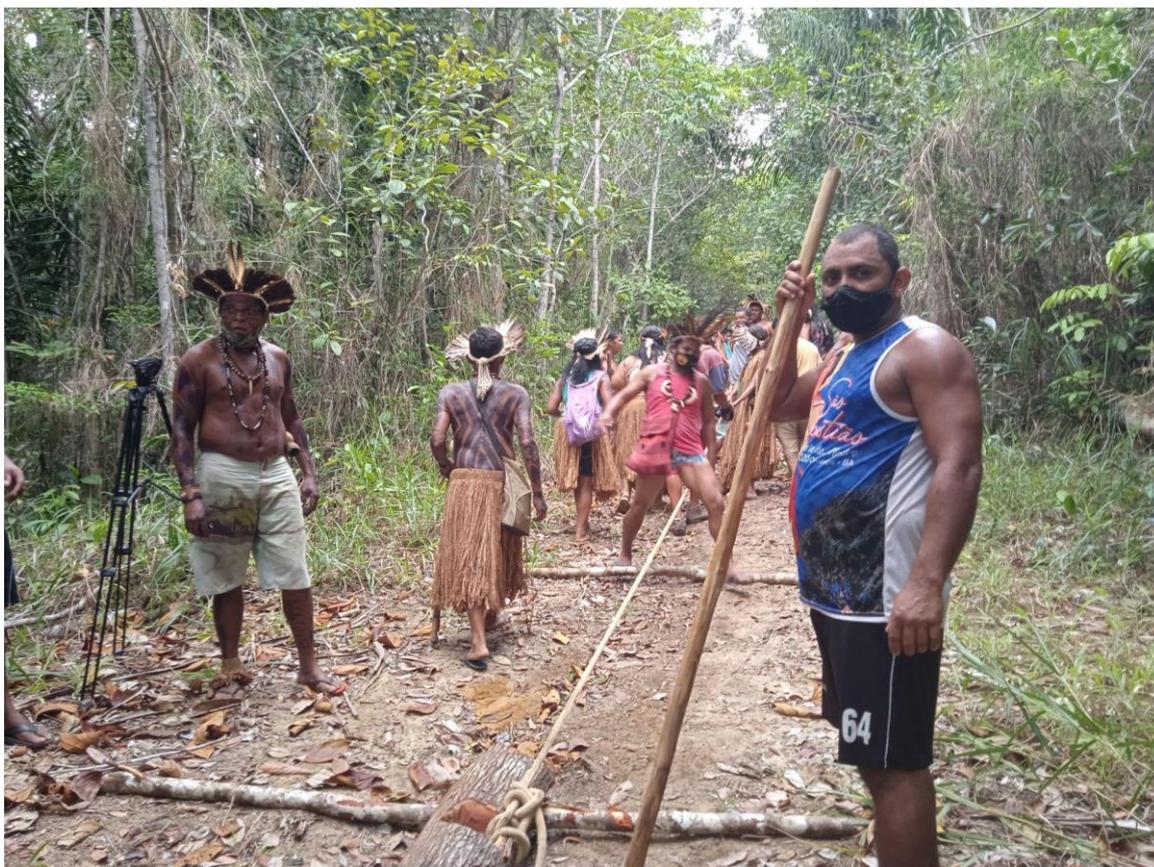


Imagem 18: A retirada do mastro da mata. (Arquivo pessoal, 2021)



Imagem 19: Presença das mulheres na puxada do mastro (Arquivo pessoal, 2021)

Depois que se consegue retirar o mastro da mata, ocorre uma parada na praia onde ali se dá o momento de festejo e alegria, solta de fogos, hora do sentar juntos, beber e comer juntos para continuar a jornada.



Imagem 20: Chegada do mastro na praia. (Arquivo Pessoal, 2021)

Neste momento a espera pela maré cheia, para ajudar e facilitar o arrasto do mastro. Todos vão puxando o mastro dentro da água do mar, da praia de Sirihyba à praia do Cai n'Água, o mastro vai sendo arrastado, e a música ajuê dão em todo o trajeto é cantada.



Imagem 21: O mastro puxado na praia de Sirihya à praia cai n'água (Arquivo pessoal, 2021)



Imagem 22: O mastro puxado na praia de Sirihya à praia cai n'água (Arquivo pessoal, 2021)



Imagem 23: O mastro puxado na praia de Sirihya à praia cai n'água (Arquivo pessoal, 2021)

A segunda parada foi um momento de demonstração de fé e devoção – assim como é falado pelo povo Tupinambá. Uma mulher tupinambá que não pôde participar da festividade, pediu que parássemos na frente da casa dela, para que ela subisse no mastro, pegasse uma lasca do mastro e fazer o seu pedido.



Imagem 24: Demonstração de fé e devoção (Arquivo Pessoal, 2021)

Continuando o trajeto passa pela Praia dos Milagres, na Avenida Soares Lopes, na ladeira principal de Olivença, Hortencio Castro, e chegando no ponto final na praça de Olivença. Como se pode ver nas imagens abaixo:



Imagem 25: O mastro puxado dentro do mar (Arquivo pessoal, 2021)



Imagem 26: Trajeto do mastro dentro da comunidade de Olivença (Arquivo pessoal, 2021)



Imagem 27: Trajeto do mastro dentro da comunidade de Olivença (Arquivo pessoal, 2021)



Imagem 28: Chegada do mastro na praça de Olivença (Arquivo pessoal, 2021)

Chegando na praça, foi realizado um grande ritual “poranci”, e foi o momento de relembrar do passado e construção da memória coletiva, através das falas das lideranças e caciques. Uma reflexão do passado e o presente como se pode perceber na fala do Cacique Sussuarana:

Mais uma puxada de São Sebastião, queria dizer que esse trabalho, estamos fazendo em prol da cura da varíola no século XVI a São Sebastião. Os nossos parentes fez uma devoção e através dessa devoção para São Sebastião os parentes foram curados da varíola, e esse mastro hoje que é o mastaréu, nós trouxemos ele em prol dessa devoção contra a varíola e contra também a pandemia, porque perdemos também parentes pela pandemia. Então a gente não poderia deixar de não trazer esse mastro. Quero agradecer aos encantados de luz e a todos vocês, e que em 2022 espero que nós estejamos juntos de novo para a gente fazer o mesmo trabalho que fizemos hoje” (Depoente Cacique Sussuarana, 2022).

Nas falas também se percebe o sentido e o quão é importante para o povo Tupinambá continuar de geração em geração repassando as suas tradições, e o quão fortalece o ser Tupinambá. A liderança Rosivaldo Tupinambá na sua fala traz isso quando diz:

Agora, nós não vamos deixar de fazer essa festa hoje, que é importante para todos nós indígenas Tupinambá de Olivença. Os que não vieram a gente agradece também, e os que veio a gente agradece também. Muita gente fica brincando, pensando que isso é uma brincadeira dos índios, os índios fazendo besteira, mas não é, isso aqui é uma devoção que a gente tem com Sebastião, há muitos anos. Agora nós voltamos para uma pandemia igualmente aos nossos antepassados, no tempo do nosso bisavó, tataravó, elas voltaram de novo, muitos índios não acreditam, então Deus é o pai, o caminho e a força espiritual que dar para nós, então temos que agradecer a Sebastião e pedi que nossas aldeias, nossas comunidades, essa pandemia não passe. Então hoje nós fizemos essa festa, agradeço a todos que vieram, e para o ano, se nós estivermos vivos, estaremos aqui de novo.” (Depoente Rosivaldo Tupinambá, 2022).

A puxada do mastro mesmo em um contexto pandêmico, o povo Tupinambá realizou, por acreditar que é uma festa de devoção que traz a cura, e que é um legado deixado pelos antepassados, e tem que ser repassado por todas as gerações. No próprio ritual da festa essa prática de ensinar, repassar a ciência do povo já está presente, o repasse dos mais velhos para os mais novos, na existência de dois mastros, o mastaréu para as crianças e os jovens e o mastro para os adultos.

Após a festa da puxada do mastro tem a levantada do pau, assim falado pela comunidade, que acontece no dia 20 de janeiro considerado pela igreja católica, o dia de São Sebastião. Neste ano, neste dia 20 de janeiro que a vacina chegou dentro do TI Tupinambá, os primeiros indígenas a se vacinar foram a cacica Valdelice e o cacique Sussuarana, os quais participaram do ritual da puxada do mastro, e fez o chamado para as famílias dos seus cacicados participarem, que foram as que estavam presentes.



Imagem 29 - Cacica Valdelice Amaral e cacique José Sival sendo vacinados.¹

Nos festejos tradicionais do povo Tupinambá o ato de ensinar, repassar para os mais novos sempre se faz presente, o papel dos mais velhos em germinar e espalhar na comunidade a memória, tradição, cultura do povo, é bem explícito em cada prática e vivência Tupinambá. Dessa forma trazer a etnografia desses festejos, é mostrar que ao longo do tempo esse povo na sua estratégia de sobreviver e permanecer em seu território, o ressignificar não se traduz na negação da sua identidade, e sim na afirmação da mesma.

4.2 AÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS DO POVO TUPINAMBÁ

4.2.1 CAMINHADA DO POVO TUPINAMBÁ

*A margem do Rio Cururupe fiquei ali a lembrar,
A luta que meus antepassados travaram entre o rio e o mar.
Ficou na história como batalha dos nadadores ou
O grande massacre do Rio Cururupe.
Aquele rio de Sangue “Cururupe” 7 léguas de corpos mortos quão triste ter que relembrar.
Mas foi o colono Men de Sá que fez os índios guerrilhar.
Hoje nós povo tupinambá de Olivença caminhamos em marcha em memória aos mártires, a
luta do grande líder caboclo Marcelino
Que enfrentou os coronéis, ali também, no Cururupe
Para em nosso território não adentrar.
Em marcha vamos todos, para mostrar que
Somos símbolo de resistência de um passado e de um presente
Que pelos nossos direitos vamos lutar.*

¹Cacica Valdelice Amaral e cacique José Sival sendo vacinado. Site Correio 24 horas. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/liderancas-indigenas-atendidas-pelo-cesol-recebem-primeira-dose-da-vacina/>. Acesso em 05 de abril de 2022.

*Estamos na XX caminhada do povo tupinambá,
Mais são mais de 20 anos de luta,
São 520 anos que continuamos a lutar,
E todos entoando em um só canto demarcação já.
Juliana Tupinambá, 2020*

Como é recitado no poema acima, a Caminhada do povo Tupinambá é realizada em memória aos mártires, trazendo a memória aos indígenas que morreram no Rio Cururupe conhecido como batalha dos nadadores ou massacre do Rio Cururupe. E também o grande massacre dos Tupinambá conhecido pelos mais velhos como a “Última revolta do Caboclo Marcelino”.

A caminhada do povo Tupinambá se iniciou no ano de 2000, sendo realizada desde então todos os anos no último dia do mês de setembro, em um percurso de 8 km, da praça Cláudio Magalhães, na aldeia Mãe Olivença, até a praia do Rio Cururupe. Na historiografia conhecida como a batalha dos nadadores ou massacre do rio Cururupe, este ocorrido foi no ano de 1559, na praia do Cururupe, os mais velhos sempre nas rodas de conversa nos contava que quando aconteceu a morte do filho de Men de Sá, ele ordenou que os seus soldados tocassem fogo em todas as aldeias do sertão ao litoral da capitania de todos os santos, e isso foi feito, como dizem os mais velhos a ordem da matança do nosso povo.

Foi então que a mando do governador Men de Sá, a praia do Cururupe nesse período se transformou em um cenário sangrento, com 7 léguas de corpos indígenas na extensão da praia. Outro fato que ocorreu no mesmo local da praia Cururupe, foi a última revolta do caboclo Marcelino, em setembro de 1937, que ocasionou a morte de muitos indígenas Tupinambá, o qual o intuito de Caboclo Marcelino era impedir a construção de uma ponte que ligaria Ilhéus a Olivença.

A caminhada do povo Tupinambá ao longo do tempo além de ter como objetivo trazer em memória aos mártires, é um ato político e de fortalecimento da sua cultura, pois o povo Tupinambá faz desse evento um momento de reivindicações pelos seus direitos, tais como pela educação, saúde, território.

As festividades se iniciam na véspera da caminhada, com um grande ritual “poranci”, na noite do sábado, na praça de Olivença, onde os parentes das comunidades do TI Tupinambá se reúnem para pedir força aos encantados e ao pai Tupã. Nos últimos três anos está sendo realizado dois dias antes para a caminhada, um seminário da juventude e anciões, na aldeia Igalha, área de retomada na comunidade de Olivença.

Esse seminário é um espaço de compartilhamento de saberes o qual os nossos guardiões da cultura e tradição, os anciões, nos traz através de relatos de vivências e memória coletiva, a história do povo Tupinambá, a cultura, a tradição, assim também os jovens além da escuta, relatam suas vivências. No domingo para a realização da caminhada, dar início a uma missa na igreja católica Nossa Senhora da Escada para receber a benção do padre e após na frente da igreja é realizado um grande poranci.

Após o poranci todos se organizam atrás das faixas para seguirem em marcha, todos os anos, essas faixas têm um objetivo reivindicatório, tais como pela demarcação do território, por uma saúde diferenciada, uma educação diferenciada, contra o desmatamento nas nascentes, das matas, quer contra projeto de leis que vão de contra os direitos dos povos indígenas na constituição federal, todas voltadas a garantia de direitos dos povos indígenas, e principalmente na luta pela demarcação do TI Tupinambá.

Seguindo em marcha todos ecoando juntos as suas vozes ao som do maraká, e na pisada em direção à praia do Cururupe, em memória dos mártires e reivindicando seus direitos e reafirmando a identidade Tupinambá. Nos próprios entoantes do povo Tupinambá expressam a memória e luta que os fazem marcharem, como pode ver nos cantos a seguir:

Vamos todos nessa marcha para lembrar do que passou,
vamos todos nessa marcha para lembrar do que passo.
É dos nossos antepassados que seu sangue derramou,
É dos nossos antepassados que seu sangue derramou.

ô devolvam nossas terras que essas terras nos pertencem,
ô devolvam nossas terras que essas nos pertencem.
ô mataram e ensanguentaram os nossos pobres parentes,
ô mataram e ensanguentaram os nossos pobres parentes.

O manto daqui da aldeia é de pena de guará,
O manto daqui da aldeia é de pena de guará.
o meu colar é de semente, o meu cocar macucúá,
o meu colar é de semente, o meu cocar macucúá.
Quando chego em Olivença pra lutar por nossas terras,
encontrei os meus parentes todos em ponto de guerra.
Quando chego em Olivença pra lutar por nossas terras,
encontrei os meus parentes todos em ponto de guerra.
Eu tenho o arco tenho flecha e o maraká,
Tenho todos meus parentes na aldeia Tupinambá
Eu tenho o arco tenho flecha e o maraká,
Tenho todos meus parentes na aldeia Tupinambá.

Todo o trajeto da marcha os indígenas Tupinambá, vão cantando, rameando (dançando), tem dois pontos de parada, o primeiro quando chegam na ponte do Cururupe, fazem um poranci, e ali os seus veem para dar seja um recado, aviso ou abençoar, chamados de encantados de luzes, os caboclos, na maioria das vezes são as mulheres Tupinambá que recebem o encantado (manifestam), tais como sultão da mata, gentio, Tupinambá (raramente alguém tem esse dom de receber esse encantado), jurema, entre outros.

A segunda parada e última é na praia do Cururupe, onde é feito outro ritual poranci e depois os caciques, lideranças, os anciões, jovens tem o momento de falar para os presentes sobre a importância da caminhada, e da sua continuidade, e o quão se faz necessário a união do povo, para que o povo Tupinambá garanta seus direitos, principalmente a demarcação das suas terras.

Mataram, ensanguentaram, os meus pobres parentes,
para abrigar em nossas terras.
Nós éramos pessoas inocentes
Hoje vivemos uma cultura que não é nossa,
por conta disso muitos dos nossos parentes,
não apoiam a nossa luta, dizem que queremos o que é do outro.
Queremos terras que são nossas, queremos terras para plantar, depois
colher
queremos terras para abrigar nossos parentes, ver os nossos kurumins
dançar o poranci.
Queremos terras que são nossas, queremos terras para plantar, depois
colher
queremos terras para abrigar nossos parentes, ver os nossos kurumins
dançar o poranci.
Hoje em setembro tem a nossa caminhada, em homenagem aos
guerreiros
que ficaram por aqui.
Hoje em setembro tem a nossa caminhada, em homenagem aos
guerreiros
que ficaram por aqui.
Queremos terras que são nossas, queremos terras para plantar, depois
colher
Queremos terras para abrigar nossos parentes, ver os nossos kurumins
dançar o poranci.
Queremos terras que são nossas, queremos terras para plantar, depois
colher
queremos terras para abrigar nossos parentes, ver os nossos kurumins
dançar o poranci

Juliana Tupinambá, 2007

Recordo-me de um ano que nós, do povo Tupinambá, fizemos a caminhada com o percurso inverso, saímos da praia do Cururupe para a aldeia mãe Olivença. foi o ano que mais tivemos enfrentamento dentro do nosso território, e muito dos nossos parentes foram mortos pelos pistoleiros mandados pelos fazendeiros. Este foi um único ano que mudou o percurso, e os encantados tinham avisado, mesmo assim os caciques e lideranças, decidiram que o povo fizesse a caminhada inversa. Depois disso, todos os anos seguintes o percurso não mudou mais e continuou saindo de Olivença para a praia do Cururupe.

A caminhada do povo Tupinambá é um dos momentos que possibilita que os indígenas Tupinambá estejam juntos, em unidade, para rememorar e fortalecer a identidade e a luta Tupinambá. já faz parte do calendário do povo. Mesmo durante o contexto epidêmico do COVID-19 que assolava o povo, a caminhada não deixou de acontecer. Muitos caciques, anciões e lideranças falaram que a marcha tinha que acontecer para que os antepassados estivessem com o povo nesse momento tão difícil para trazer proteção e não haver tantas mortes, quanto no passado, que em tempo de doenças muitos foram dizimados.

A caminhada Tupinambá vem acontecendo há 21 anos é um momento ímpar para o povo Tupinambá, que além de contribuir para o fortalecimento da cultura, fomenta a construção de uma memória de luta coletiva, da luta passada e da luta presente.

4.2.2 JOGOS INDÍGENAS DO POVO TUPINAMBÁ

Os Jogos Indígenas do povo Tupinambá abrem um espaço para vivência da cultura e afirmação da identidade do ser indígena visando uma comunidade mais consciente da sua origem étnica e de sua relação com as demais sociedades. Além de proporcionar a troca de vivência intercultural e o fortalecimento da cultura indígena tupinambá. Os jogos indígenas estudantis do povo tupinambá é uma estratégia de luta protagonizada pela juventude Tupinambá a fim de proporcionar o intercâmbio entre os povos para desconstruir a representação negativa acerca do índio e a luta do Tupinambá de Olivença.

Surgiu no território através de um grupo de jovens Tupinambá denominado, Paranhã, que saia do seu território para representar o seu povo e participar dos jogos indígenas em Coroa Vermelha, indo para essa celebração que é os jogos indígenas e tendo a experiências e contatos com outros povos indígenas, denotaram o quão importante é valorizar e afirmar a sua identidade étnica , percebendo que para a luta pelo território

Tupinambá tinha que fortalecer a cultura dentro das aldeias Tupinambá, iniciaram o resgate das pinturas corporais, trajes e adornos e a língua materna o tupi antigo.

Os jovens do grupo Paranã começaram a fazer o trabalho na Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença e alguns núcleos da mesma, voluntariamente o fortalecimento da cultural, o poranci, tradução dos entoantes Tupinambá para a língua materna Tupinambá. Fazer palestra nas escolas estaduais e municipais e universidades para desmistificar o que a mídia e a sociedade ilheense idealizavam do povo Tupinambá.

Em 2014, foram realizados os primeiros jogos indígenas do povo Tupinambá, na aldeia Taba Jairy, dois anos consecutivos, e atualmente é realizado na aldeia mãe Olivença anualmente, na modalidade estudantil, de forma que é o primeiro povo a promover na Bahia os jogos indígenas estudantis. É um evento Esportivo-Cultural, realizado anualmente nas Aldeias de Olivença com o objetivo de incentivar as práticas esportivas das variadas modalidades, utilizando as armas e utensílios dos povos, que foram utilizados para caçar e guerrear, desta forma incentivando o fortalecimento da identidade coletiva das etnias presentes.

As modalidades realizadas nos jogos indígenas Tupinambá são; arco e flecha, zarabatana, cabo de guerra, natação, canoagem, corrida rústica, corrida de Maraká, corrida de toro, arremesso de takape, futebol, luta corporal, luta com maraká, além da modalidade específica “puxada do mastro”, demonstração da tradição.

Enquanto educadora indígena, tenho a percepção que os jogos indígenas, são uma verdadeira aula prática na educação escolar indígena, pois agregam os princípios da educação escolar indígena a especificidade, o comunitário, a interculturalidade e o bilinguismo. Pode ser percebido através dos nomes das equipes, dos participantes, nos cantos, todos na língua materna Tupinambá, nas modalidades praticadas, nos rituais, na organização do evento, que envolve toda a comunidade, no compartilhamento de vivências entre os próprios Tupinambá, porque cada comunidade tem sua especificidade e entre os povos convidados, e os visitantes e estudantes das escolas municipais, estaduais, particulares, das universidades da região.

Os jogos indígenas estudantis Tupinambá, todos os anos é escolhido uma temática para ser trabalhada, e é apresentada no início com música e apresentação teatral, na abertura do evento, e uma tocha é acesa, tendo o fogo como símbolo de força e proteção, e só pode ser apagada no final de toda a festividade. As atividades se iniciam com um grande ritual e prosseguem com as modalidades e encerram todos os dias com um ritual.

A noite cultura é o momento da juventude mostrar os seus talentos. Segue abaixo alguns registros fotográficos do evento.



Imagem 30: Luta corporal. Fonte: Carlos Coutinho, 2016.



Imagem 31: Cabo de Guerra. Fonte: Carlos Coutinho, 2016.



Imagem 32: Corrida rústica. fonte: Carlos Coutinho, 2016.



Imagem 33: Ritual Poranci da equipe Atã sui Tupã. Fonte: Carlos Coutinho, 2016.

Os Jogos Indígenas Tupinambá contribuem no fortalecimento da cultura Tupinambá e na luta política do povo, como a demarcação de suas terras. De forma que

além de ser um espaço de construção de memória e história, reafirma a permanência do povo Tupinambá em seu território.

4.3 VIVÊNCIA NO MANGUE: ANDADA DO CARANGUEJO



Imagem 34



Imagem 35



Imagem 36



Imagem 37

Imagens 34, 35, 36,37: Registros das vivências no mangue. (Arquivo pessoal, 2020)

A andada do caranguejo é uma diversão que acontece de ano em ano e que consiste em ir no mangue, porque a gente come caranguejo no mangue, leva pimenta, dendê, farinha, para fazer o escaldado, aí vai um monte de gente para pegar caranguejo e aí comemos caranguejo no mangue, lá se encontram muitos parentes das outras comunidades Tupinambá e alí a gente se ajunta para comer todo mundo junto. Faz a farofa da água do mar mesmo, cozinha o caranguejo com a água do mar mesmo e faz a farofa, o escaldado, coloca dendê e limão, pimenta e quebra o caranguejo e come. A diversão da gente, no mês de janeiro e fevereiro, todos os anos, é ir no mangue, passar o dia tranquilo tomando banho de praia de água de lama de caranguejo, essas coisas que a gente faz. (Depoente Luzinete Vieira. Anciã Tupinambá. 74 anos)

O relato acima feito pela anciã Dona Luzinete Vieira dos Santos descreve de maneira bem singular a captura do caranguejo *Brachyura* nas regiões de manguezais existentes no TI Tupinambá de Olivença. A atividade acontece durante os três primeiros

meses do ano e revela uma cosmovisão atrelada a um conhecimento íntimo com o território que os Tupinambá ocupam há séculos.

A andada de caranguejo ocorre no período do defeso do animal e a sua captura para a alimentação e celebração demonstram um conhecimento particular de manejo dessa espécie que, de longe perpassa por uma ideia de comercialização do produto. Para os Tupinambá esse período está diretamente relacionado à celebração de início do seu calendário com a festa da Puxada de São Sebastião, pois é através da observação dos elementos da natureza, posterior ao arrasto do mastro, que sabemos se é o dia certo para ir ao mangue.

O deslocamento a regiões alagadiças é feito em caminhões, carros particulares, apesar de que os relatos antigos informam que eram feitos a pé, troncos familiares inteiros participam desse momento, onde crianças, jovens e anciões compartilham saberes, reafirmam laços e transmitem os seus ensinamentos. É a participação frequente desde a infância nesse momento festivo que assim me faz descrever a andada de caranguejo.

É um dos momentos de celebração do sentar e comer junto do povo Tupinambá é na andada de caranguejo, que se reúne os parentes de todas as comunidades interligadas entre a serra e a praia, um momento de trocas de histórias, memórias, danças, cantos, diversão, banhar no rio e no mar, catar caranguejo, cozinhar junto e comer junto, ver os parentes afirmar os laços sanguíneos de parentesco.

No mangue vai se construindo essa relação de parentesco no momento de compartilhamento dos alimentos. Relações essas estabelecidas nas trocas simbólicas e de substâncias necessárias para a elaboração da refeição, a farinha da mandioca, o dendê, o limão, a pimenta, e o próprio marisco, pois os parentes que moram dentro do território só se alimentam do caranguejo nesse período de andada com os Tupinambá da praia. É interessante que nesse período o caranguejo é também levado para aqueles que não puderam estar presentes no momento de partilhar à beira mar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*E quando os índios dançam é no pião da aldeia,
é no pião da aldeia, é no pião da aldeia.
(Entoante Tupinambá)*

No canto acima o dançar no pião da aldeia é aprender, como minha avó sempre diz: “É no pião da aldeia que aprende a ciência do seu povo”, nos momentos dos rituais, poransi, que aprendemos sobre a nossa ancestralidade e a nossa cultura. Nos espaços de está junto com a comunidade que se construí a memória coletiva, os saberes, transmitindo assim o aprendizado. Ao longo do trabalho, busquei elucidar como as práticas e vivências do povo Tupinambá de Olivença proporcionam o compartilhamento de saberes entre os mais velhos e os mais novos, e quão fortalece a identidade étnica.

Além de tentar mostrar que mesmo durante séculos este povo sofrendo por diversas atrocidades, ao ponto de silenciar o seu ser indígena continuaram passando a sua cultura e tradição por gerações. A frase que se pode destacar através das práticas Tupinambá é ressignificar para existir e foi assim que este povo, que pela historiografia e sociedade brasileira era dado como extinto, hoje permanece em seu território e garantiu a luta e o direito pela demarcação do seu território.

Trazer a minha trajetória de vida é entender que as minhas vivências com meu povo, que construiu o meu ser étnico e fortaleceu o meu sentimento de pertencimento e ser Tupinambá, e que se apropriar de outros conhecimentos é uma estratégia de contribuir na defesa do meu território e da existência do meu povo, ensinamentos esses passados pelos mais velhos, anciões Tupinambá e a comunidade. A luta do povo Tupinambá em busca do reconhecimento étnico e demarcação do seu território, trazer esse histórico é perceber que este povo se apropriou da caneta para a garantia dos seus direitos enquanto indígenas, tendo sempre a figura dos anciões como motivadores.

A luta por uma educação que os próprios indígenas fossem os protagonistas acarretou na organização social do povo, e a grande conquista do reconhecimento étnico e direito pela demarcação das suas terras. E hoje as escolas indígenas Tupinambá têm um papel fundamental político, social e cultural, principalmente o fortalecimento da identidade Tupinambá, através das suas práticas pedagógicas diferenciadas e específicas, como também contribuir no processo de demarcação do TI Tupinambá.

Analisar os festejos, as vivências e eventos desenvolvidos pelo povo Tupinambá é entender esses espaços enquanto espaços educativos e de sustentabilidade identitária.

Além de mostrar a resistência e permanência deste povo dentro do seu território. Essa borduna repassada de geração em geração, é para que as futuras gerações que estão se apropriando da caneta, possam assim como os antepassados, os mais velhos tiveram a estratégia de ressignificar, sem deixar o ser Tupinambá, possam fazer o uso da caneta para contribuir na luta do seu povo, principalmente a demarcação, como na frase da carta escrita em 2000 pelas lideranças Tupinambá, buscar a caneta da alma e as letras da demarcação.

Enquanto pesquisadora indígena, trazer para o debate a história e memória do meu povo é o que me faz buscar cada vez mais me apropriar da caneta, entendendo os ensinamentos dos mais velhos como essencial na luta Tupinambá. Relatar as práticas e vivências do meu povo, é me colocar nessa construção de memória, memória essa que faz parte de mim.

No primeiro capítulo tentamos mostrar que a construção de identidade indígena é um processo de compartilhamento de saberes e ciência, de forma coletiva, e que essa construção fortalece o ser étnico. Pode-se perceber que um indivíduo com seu reconhecimento de pertencimento, carrega consigo durante todo o seu trajeto de vida um legado de luta, luta essa de um coletivo, e que suas ações e escolhas passam visar a coletividade, e o fortalecimento do seu povo.

No segundo Capítulo, aprofundamos sobre o contexto de luta e resistência do povo Tupinambá, mostrando o processo de luta para que os mesmos permanecessem em seu território, e a sua atual conjuntura na luta pela demarcação das suas terras. No terceiro capítulo, buscamos mostrar que a educação teve um papel primordial na luta do povo Tupinambá e que a conquista de uma educação escolar indígena Tupinambá fortalece ainda mais essa educação indígena que é repassada pelos mais velhos e a comunidade, além de contribuir para o processo de demarcação.

No quarto capítulo, analisamos que as práticas tradicionais desse povo ao longo dos séculos, mesmo passando pelo processo de ressignificação, sempre reconstruiu e construiu permanentemente o ser Tupinambá. E o quão essa memória coletiva é construída de forma educativa pelos mais velhos. Em todo o trabalho pode se perceber que a educação indígena é repassada nestes espaços de festividades, vivências e de luta.

Foi analisado que do ano de 2000 até o ano atual o povo Tupinambá teve muitos avanços, em relação aos pedidos das lideranças pela construção de várias escolas dentro do território. Hoje pode se dizer que avanços foram feitos, no início só tínhamos uma escola reconhecida pelo Ministério de Educação- MEC, hoje temos cinco escolas. Os

espaços escolares nem todos são de boas estruturas físicas, temos problemas de dificuldade das estradas, de transportes, desvalorização dos profissionais indígenas de educação, um sistema que não atende os nossos calendários escolares, levando em conta que todas as comunidades têm suas especificidades, dentre outros. Mas os nossos espaços escolares temos como espaços sociais, políticos e culturais, e são neles que é transmitido o tempo da borduna e o tempo da caneta.

Para dar continuidade a essa pesquisa, pretendo analisar as ações e atividades políticas, culturais e sociais do povo Tupinambá de Olivença, como espaços de construção de memórias coletivas da luta política do povo Tupinambá. Visando, assim, compreender as articulações entre memória, luta por direitos e resistência, refletindo sobre os usos políticos dos espaços de produção de memória e sobre as práticas de resistência do movimento Tupinambá de Olivença.

REFERÊNCIAS

ALARCON, D. F. O retorno da terra: As retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. 2013, 343f. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados sobre a América), Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BAINES, S. G. O movimento político indígena em Roraima: identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p.33-44, jan./abr, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100003>. Acesso em: 13 abr. 2022.

_____. The criminalization of indigenous people in Roraima state, Brazil: indigenous strategies to bring their rights into effect in the face of injustices and inequalities. Dossier Indigenous Peoples, tribunals, prisons, and legal and public processes in Brazil and Canadá. *Vibrant*, 18, 2021. <https://doi.org/10.1590/1809-43412021v18a702>.

BANIWA, G. J. S. *Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF,1998.

COHN, C. Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n.2, 2005, pp. 485-515.

COUTO, P. N. de A. Morada dos encantados: Identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do Padeiro - Buerarema, BA. 2008, 169f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

COSTA, Erlon Fábio de Jesus. Da Corrida de Tora ao Poranci: a permanência histórica dos Tupinambá de Olivença no Sul da Bahia. 2013. 201 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DE SANTANA, J. V. J., & COHN, C. Fazer Escola e estar na cultura: o caso dos Tupinambá de Olivença, Bahia. *Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo Entre As Ciências*, 7(1), 2018, p.250-277. <https://doi.org/10.22481/rbba.v7i1.4071>.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FUNAI. Relatório Final Circunstanciado de Identificação da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença. 2008.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

MARCIS, T. A. “hecatombe de Olivença”: Construção e reconstrução da identidade étnica –1904. 2004. Dissertação (Mestrado de História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

Memória viva dos Tupinambá de Olivença: lembrar é reviver, é afirmar-se ser/[organização] Professores Tupinambá de Olivença - Salvador: Associação Nacional de Ação Indigenista, CESE, 2007.

MENDONÇA, Wilma. *Memórias de nós: O Brasil no redemoinho do capital/* Wilma Mendonça, Porto Alegre/RS: Karioka Multimedia Produções Ltda., 2014.

MUÑOZ, M. G. *Saber indígena e meio-ambiente: experiências de aprendizagem comunitária.* In: LEFF, E. (coord.) *A complexidade ambiental.* São Paulo: Cortez, 2003.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 61-84, out. 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831997000200004>.

_____. Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das terras indígenas. Em: *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Contra capa, 1998, p. 15-68.

PPP/KATUANA, Projeto Político Pedagógico Katuana. Projeto Político Pedagógico Katuana. Território Tupinambá de Olivença: Cópia Digital, 2016

POLLAK, M. Memória e identidade social, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

SANTANA, J. V. A letra é a mesma, mas a cultura é diferente: a escola dos Tupinambá de Olivença. Tese de doutorado em Antropologia Social. UFSCAR, 2015.

SANTOS, M. C. A Educação Infantil Indígena dos Tupinambá de Olivença: um comparativo entre a tradição e as práticas culturais. (Monografia). Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, 2014.

PIPER-SHAFIR, I.; FERNÁNDEZ, R; IÑIGUEZ, L. Psicología Social de la Memoria: Espacios y Políticas del Recuerdo, *PSYKHE*, Vol. 22, 2, 2013, pp. 19-31.

SMITH, L. T. *A descolonizar las metodologías. Investigación y pueblos indígenas.* Santiago: LOM, 2016.

TUPINAMBÁ, J. Intervenção no Curso de Extensão Infâncias Brasileiras. UNIRIO, 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1bXPRCG52AQ>.

VÁZQUEZ, F. *La memoria como acción social: relaciones, significados e imaginario.* Barcelona, Ed. Piados, 2001.

ENTREVISTAS

Entrevista com Núbia Batista, 2021.

Entrevista com Renivaldo José dos Santos, Akauã, 2021.

Entrevista com Maria Cristiane dos Santos, Amanary Tupinambá, 2021.

Entrevista com Luzinete Vieira. Anciã Tupinambá (74 anos), 2021.

Entrevista com Cacica Valdelice, 2021.

Entrevista com Cacique Sussuarana, 2022.

Entrevista com Rosivaldo Tupinambá, 2022.